CENSOS AGROPECUÁRIOS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

BIBLIOTECA KARL A. BOEDEKER
PERIÓDICOS
EAESP / FGV

VOLUME 11 NÚMERO 6 JUNHO DE 1987

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL
-3.VII.87
RIO DE JANEIRO-GB

BRASIL CORREIO
Cr$ 81,50

IMPRESSO

AO REMETENTE

~~MARIA SIONEA NOGUEIRA~~
AV NOVE DE JULHO 2029
01313 SAO PAULO SP

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

BANCO DO BRASIL S.A.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do CEA/IBRE/FGV)**

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)**, Bruno Marcus Rangel Pessanha **(pecuária e supervisão de pesquisas)**, Fernando Roberto de Freitas Almeida **(editoração, arroz, feijão e uva)**, Fernando da Silva Santiago **(café e amendoim)**, Inês Teresa Lyra Gaspar da Costa **(algodão e laranja)**, Irene Raguenet Troccolli **(milho, aves e suínos)**, Janete Fajardo Zaidhaft **(cebola e mamona)**, Leila Tendrih de Freitas Almeida **(oleaginosas e trigo)**, Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola e cacau)**, Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**, Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**, Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)** e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis é uma publicação editada com o apoio financeiro do Banco do Brasil S.A.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP / FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

Esta edição se engrandece ao incluir, em quatorze páginas, judiciosas observações quanto aos primeiros resultados gerais do último levantamento censitário agropecuário. Leiam.

Os censos representam o que há de mais importante para o sistema estatístico, por possibilitarem, com exclusividade, uma completa visão estrutural do país, sem prejuízo de, em caráter supletivo, revelarem também algumas importantes variáveis conjunturais. São extremamente trabalhosos, requerendo grande dedicação e conhecimentos especializados, além de um comando firme e competente em todas as suas fases (preparo de operação, coleta, apuração e divulgação). No caso de recenseamento agropecuário, vale lembrar que sua investigação alcança quase 6 milhões de estabelecimentos, espalhados pelos 8,5 milhões de km² de todo o território nacional, coletando detalhadas informações de centenas de itens referentes às lavouras, pecuária, avicultura, apicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, criação de pequenos animais, silvicultura, extração vegetal e, ainda, de certas atividades de beneficiamento e transformação.

Têm-se censos no Brasil desde 1872 (apenas número de habitantes), mas só a partir de 1920 é que a investigação se ampliou, aí se incluindo, pela primeira vez, a agropecuária.

A enorme riqueza de informações advindas dos censos deveria ser larga e convenientemente aproveitada, sobretudo para orientar iniciativas que, em geral, competem aos governos.

Os trabalhos deste número de **Agroanalysis** *se encerravam quando se tomou conhecimento de que nova e profunda intervenção governamental na economia estava em curso. Desconhecendo as diversas medidas a serem adotadas, não há como, agora, tecer qualquer comentário a respeito. É certo que haverá* **congelamento** *de preços e salários e que será cortada parte do subsídio há anos conferido à comercialização do trigo.*

Recordando do recente **Plano de Estabilização Econômica**, *deve-se* **torcer** *para que não se repitam as importações desnecessárias, nem se voltem a caçar bois.*

Nos próximos dias, terá o governo de definir as regras de apoio à produção do ano agrícola 1987/88. Delas dependerá, em larga medida, a fartura ou a escassez vindoura.

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DE SAFRA
- Soja 2

PRODUTOS VEGETAIS
- Laranja 6

ENSAIOS ESPECIAIS
- Censos Agropecuários 8
- Mercado de Aves do Oriente Médio 22

NOVOS ÍNDICES RURAIS 24

PREÇOS RECEBIDOS E RELAÇÃO DE TROCAS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

SOJA

A safra transcorreu bem, em termos climáticos. A área colhida total manteve-se praticamente estável. Esperava-se que as compras governamentais fossem muito elevadas, mas a alta das cotações internacionais alterou o panorama do mercado

A produção de soja, em 1987, deverá situar-se em 16,7 milhões de t, de acordo com o **IBGE**, o que representará a segunda melhor colheita já obtida no país, superada apenas pelos 18,3 milhões de t de 1985.

É importante relembrar que a safra atual começou a ser **esboçada** em meados de 1986, quando se traçaram as regras da política agrícola, na vigência do **Plano de Estabilização Econômica.** Àquela ocasião, o governo decidiu estimular as culturas de abastecimento interno, tendo como base o aumento do poder aquisitivo dos salários e, conseqüentemente, da demanda por alimentos. Foi a época em que os agricultores resolveram investir, encomendando grande quantidade de máquinas e implementos agrícolas. A situação, entretanto, mudou muito, a partir de novembro. As taxas de inflação voltaram a se acelerar e a euforia deu lugar ao desânimo.

No ano passado, acumularam-se erros, cujos efeitos podem perdurar por muito tempo. O primeiro deles foi, sem dúvida, o exagero dos agricultores quanto às perdas da safra 1985/86. A seguir, em decorrência, houve as importações. Ficou evidente, desde logo, seu exagero, decorrente de avaliações equivocadas a respeito da safra, mas também, provavelmente, influenciado pelo temor de que os produtos agrícolas pudessem pressionar a inflação.

Em abril de 1987, as autoridades continuavam às voltas com os gêneros importados em 1986, alguns ainda a serem **internalizados.** Seus custos foram bastante elevados.

Além disso, com a retomada da inflação, a partir do final de 1986, e os sintomas já evidentes de **desaceleração** do crescimento da economia, a demanda por alimentos não tem razões para se expandir, fazendo com que a maior oferta (estoques de passagem elevados e safra abundante) de produtos básicos deixe de encontrar colocação no mercado.

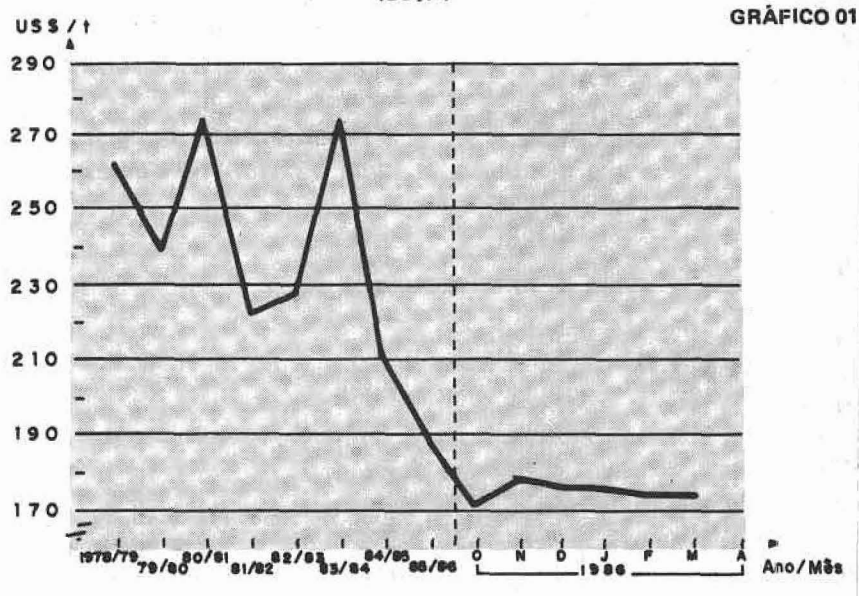
A política agrícola, traçada em consonância com a hipótese de que o **Plano de Estabilização** seria duradouro, acarretou problemas consideráveis para a atual comercialização. Não há lugar para armazenar a colheita porque ela cresceu, porque há grandes estoques do ano passado e porque industriais e intermediários vêm comprando lentamente, tentando rebaixar ainda mais os preços.

No caso particular da soja, tal política e, mais especificamente, o preço mínimo fixado, garantiram o crescimento da produção nas regiões de fronteira agrícola. Efetivamente, a manutenção do preço de garantia em Cz$ 125,40, reajustado a partir de 1º /03/87 para Cz$ 170,40, para todas as regiões, sinalizou positivamente aos produtores de soja do Mato Grosso e da Bahia.

Era previsível, no entanto, que, dadas as baixas cotações no exterior (ver Gráfico 01) e a distância dessas regiões dos centros processadores e de

EUA – COTAÇÕES MÉDIAS NO MERCADO ATACADISTA DA SOJA – ANOS COMERCIAIS 1978/79 A 1985/86 E OUTUBRO DE 1986 A ABRIL DE 1987 (US$/t)

GRÁFICO 01



FONTE – Depto. de Agricultura dos EUA.
Obs.: O ano comercial vai de outubro a setembro.

consumo, o mercado pagasse menos do que o preço mínimo oficial. Isto de fato vinha ocorrendo até fins de abril e poderá tornar o governo detentor de quantidades expressivas de soja nos estados centrais.

Em termos climáticos, a safra transcorreu bem. A ausência de chuvas (que foram abundantes em outubro e novembro em Goiás) não chegou a afetar a soja, diferentemente do arroz e do milho. A excessiva precipitação pluviométrica de março nos estados do Centro-Oeste, assim como a sua escassez nesse mesmo período no Rio Grande do Sul, parece também não terem causado prejuízos de grande intensidade.

Mesmo a menor utilização de adubo, em função das dificuldades decorrentes do **Plano** – pequena oferta e cobrança de ágio – não se refletiu sobre os rendimentos físicos por ha. Esses rendimentos apresentaram recuperação, se comparados aos de 1986, quando houve problema climático (ver Quadro 01). A produtividade média do país, em 1987, é recorde, segundo os dados do **IBGE**, de maio (1.826 kg/ha). Apenas na Bahia houve frustração de safra, em decorrência da escassez de chuvas, tendo sido colhidos apenas 600 kg/ha, num ano em que a área semeada aumentou 57%, passando para 157 mil ha (ver Quadro 02).

A área total colhida com soja manteve-se praticamente estável. As quedas registradas em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Goiás foram compensadas por crescimentos expressivos em Mato Grosso e na Bahia, conforme se observou no Quadro 02). Exceto no caso de Goiás, as quedas de área foram pequenas e, em alguns estados, menores do que as estimadas inicialmente.

Na época do plantio, cogitava-se que o decréscimo da área seria maior. A política agrícola, dizia-se, vinha favorecendo os chamados gêneros de abastecimento interno, em especial o milho, que poderia ocupar áreas tradicionalmente dedicadas à soja. As cotações da oleaginosa, no mercado internacional também não estimulavam novos incrementos de área. No entanto, a substituição da soja por outras culturas esbarra na sua rentabilidade frente às lavouras de mercado interno, assim como na infra-estrutura já montada para sua produção, comercialização e industrialização.

Concretamente, a garantia de venda da soja a preços corrigidos pela variação cambial coloca esse produto em situação vantajosa, se comparado aos de mercado interno. Isto porque estes últimos estão sempre sujeitos às quedas expressivas de seus preços reais, em conseqüência do crescimento da safra e/ou intervenções governamentais, através, por exemplo, de colocação de estoques oficiais no mercado e de importações. Teria de haver completa modificação no funcionamento do mercado de gêneros de abastecimento interno e na demanda por alimentos, em geral, para que esse quadro se modificasse.

Passados a primavera e o verão, com

QUADRO 01 – BRASIL – SOJA – RENDIMENTO FÍSICO POR HECTARE (1986-87) (kg/ha)

ESTADO	1986	1987
Maranhão	1.565	1.118
Bahia	1.411	600
Minas Gerais	1.815	1.930
São Paulo	1.929	2.036
Paraná	1.490	2.100
Santa Catarina	1.302	1.400
Rio Grande do Sul	1.008	1.579
Mato Grosso do Sul	1.629	1.800
Mato Grosso	2.104	2.158
Goiás	1.813	1.951
Distrito Federal	1.716	2.000
BRASIL	1.452	1.813

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, abril de 1987 – IBGE.

QUADRO 02 – BRASIL – SOJA – ÁREA COLHIDA, NA SAFRA DE 1986 E ESTIMATIVAS DE ÁREA DA SAFRA DE 1987 (1.000 ha)

ESTADO	1986	1987	
		1ª estimativa	Mês Atual
Maranhão	9	9	9
Bahia	100	132	157
Minas Gerais	439	413	416
São Paulo	476	462	440
Paraná	1.745	1.670	1.700
Santa Catarina	383	353	353
Rio Grande do Sul	3.244	3.177	3.171
Mato Grosso do Sul	1.206	1.200	1.200
Mato Grosso	913	993	1.107
Goiás	622	540	545
Distrito Federal	49	44	45
BRASIL	9.186	8.983	9.143

FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, abril de 1987 – IBGE.

QUADRO 03 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – PRODUÇÃO DE SOJA 1975-87 – (mil t)

ANO	MS	MT	GO	BR
1975	nd	273	73	9.892
1976	nd	290	49	11.227
1977	nd	695	90	12.513
1978	nd	479	100	9.541
1979	827	27	282	10.240
1980	1.322	117	456	15.156
1981	1.347	225	383	15.007
1982	1.537	366	561	12.836
1983	1.801	611	693	14.582
1984	2.007	1.050	848	15.278
1985	2.559	1.656	1.356	18.278
1986	1.965	1.921	1.128	13.335
1987	2.160	2.388	1.063	16.575

FONTE – IBGE.
Obs.: O estado do Mato Grosso do Sul foi criado em 1º/01/1979.

clima em geral bastante favorável às lavouras, no início do outono as atenções se voltavam para a comercialização das safras recém-colhidas. Nesse aspecto, a situação não poderia ser mais delicada, em especial na região Centro-Oeste. Efetivamente, a rápida ocupação de áreas novas em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (ver Quadro 03) fez a produção agrícola se expandir onde é precária a infra-estrutura de escoamento e armazenagem. Com a obtenção de uma boa safra, não só de soja como de arroz e milho, além dos estoques oficiais remanescentes de 1986, não há lugar para a nova colheita.

Em Goiás, foi criada uma **Gerência Estadual de Armazenagem e Movimentação de Safras**, em março último, para coordenar o fluxo da atual produção de cereais e oleaginosas. Nos outros dois estados, realizam-se reuniões e levantamentos para se avaliar o déficit de armazéns, já que os dados disponíveis nem sempre são consistentes.

Todos os segmentos ligados à agricultura estão, na verdade, mobilizados para uma tarefa difícil de ser cumprida a contento: guardar, por um período superior ao normal, uma produção muito maior do que a capacidade de armazenagem disponível. Esse impasse, no entanto, está longe de ser acidental. Resulta, na verdade, da combinação de problemas de ordem estrutural e conjuntural. No primeiro caso, a ocupação de novas áreas, na velocidade com que esse fenômeno vem ocorrendo, acaba implicando em custos bastante elevados para os cofres públicos. Isto porque, dadas as dificuldades da economia brasileira nos últimos anos, os investimentos necessários para acompanhar a ocupação econômica das vastas áreas dos estados centrais e do norte do país não foram realizados na magnitude necessária.

Em conseqüência disso e das distorções da política agrícola nas últimas safras – que fez do governo federal detentor de parcelas expressivas da produção –, o governo acaba sendo obrigado a arcar com perdas de safra decorrentes da falta de infra-estrutura que ele próprio deixou de criar. Assim sendo, esses custos – subsídios do governo federal à ocupação das regiões recém-incorporadas à atividade agrícola – são elevados, ficam diluídos na contabilidade dos diversos organismos oficiais e vêm crescendo a cada ano.



A **estatização** da comercialização agrícola, como tem sido chamado esse processo, decorre menos da intenção do governo e mais de problemas nos fluxos de comercialização. A distância dos centros consumidores, agravada por sérias deficiências no transporte e armazenagem, acaba aviltando os preços dos produtos agrícolas nas regiões chamadas **novas**, fazendo com que o preço mínimo seja, em geral, superior aos preços praticados pelo mercado nessas áreas.

De posse dos estoques, o governo acaba repassando-os à iniciativa privada, abaixo do custo efetivo de aquisição e estocagem. Essa prática tem provocado, nas últimas safras, maior retração do setor privado e aumentado a participação governamental na comercialização agrícola.

Quanto à soja, observou-se, em abril, forte reversão de suas perspectivas de comercialização. O crescimento de algo em torno de 10% nas cotações internacionais, estabilizadas há muitos meses abaixo de US$ 180/t, conforme apontado no Gráfico 01, e a desvalorização de 8,5% do cruzado frente ao dólar, decretada em 30 de abril, fizeram com que os preços pagos aos produtores ultrapassassem, mesmo no Centro-Oeste, o preço mínimo de Cz$ 170,40/60 kg, a partir de meados de abril.

Assim, de uma expectativa inicial de que a **CFP** adquirisse só em Mato Grosso, por exemplo, 1,2 milhão de t, ou metade da produção estadual, já se tinha notícias, nos primeiros dias de maio, de produtores tentando recomprar a soja vendida ao governo no início da colheita.

Os sinais emitidos do exterior, apesar de indicarem claramente uma melhora das perspectivas do mercado de soja e seus derivados, ainda eram, na-

quela época, um tanto confusos. As publicações especializadas estrangeiras tentavam justificar a alta de preços ocorrida, que vem contrariando a maioria das projeções existentes.

De início, a divulgação das primeiras intenções de plantio dos produtores norte-americanos, para a safra 1987/88, revelou uma tendência de redução de área de 7,5%, bem maior do que a opinião corrente no mercado, que contava com uma retração do cultivo em torno de 3%. Adicionalmente, o **Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)** apontava uma redução dos estoques naquele país que, em 1º de março, situaram-se em 37,7 milhões de t, também abaixo das expectativas do mercado, revelando ter havido um crescimento da demanda pelo produto norte-americano acima do esperado.

Entretanto, é sabido, de outro lado, que, diante do crescimento das cotações na **Bolsa de Chicago**, podem se alterar as intenções de plantio, fazendo cessar uma das razões da alta de preços. Adicionalmente, há fatores do próprio mercado de oleaginosas e seus derivados, assim como elementos a ele externos, que podem justificar a subida das cotações. Dentre os primeiros, a revista alemã **Oil World** enumerava, em fins de abril: expectativa de aumento da importação e consumo soviéticos de farelo de soja; retração do plantio nos **EUA**, não só de soja como de girassol; redução das exportações sul-americanas de soja, girassol e seus derivados, como conseqüência de perdas na safra da **Argentina**; diminuição, no período abril-setembro de 1987, dos excedentes exportáveis de óleo de algodão, coco e palma, assim como redução nos estoques mundiais de óleos, no mesmo período.

Os fatores externos ao mercado e que, por sua vez, vêm-no influenciando fortemente são decorrência das incertezas quanto ao comportamento da economia norte-americana. A persistente queda do dólar frente às moedas européias e o desempenho da inflação nos **EUA**, que ao se acelerar deflagra aumentos da demanda por metais preciosos e **commodities** em geral, estariam fazendo crescer as cotações da soja e seus derivados.

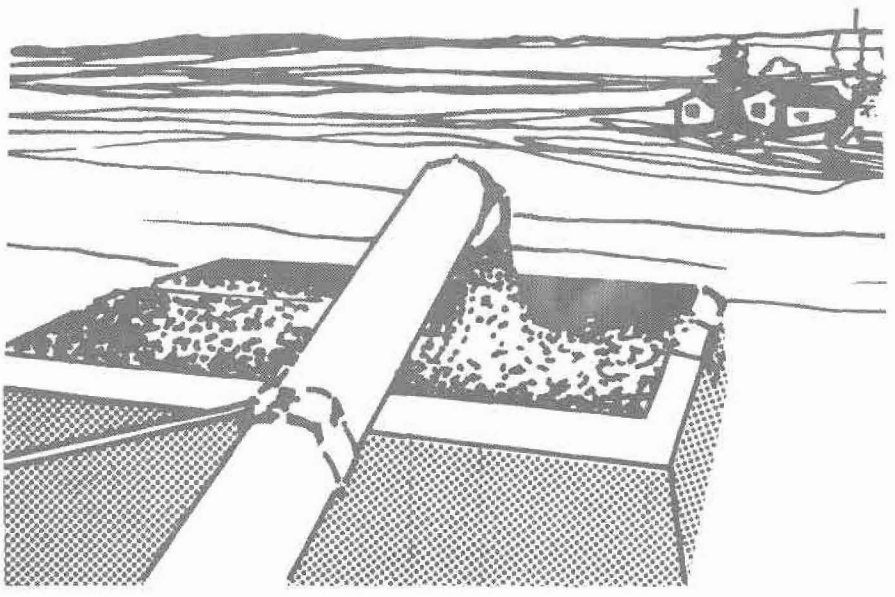
Muitas dúvidas, no entanto, ainda persistem. Os analistas vinham apontando o óleo como **impulsionador** do crescimento dos preços da soja, dadas as perspectivas do balanço de oferta e demanda de óleos vegetais, no mercado internacional, a médio prazo. Isto não se tem confirmado. É o farelo que vem liderando a alta de preços, refletida nas cotações do grão.

Efetivamente, a moagem nos **EUA** tem crescido em função do fortalecimento da demanda por exportações e do seu consumo interno. Segundo as estimativas do **USDA**, de abril, o consumo de farelo de soja naquele país deverá crescer 5% no ano comercial 1986/87 em relação ao período anterior, impulsionado pelo crescimento da produção norte-americana de aves e suínos. É difícil, entretanto, antever, com mais clareza, no momento, os rumos desse mercado. A safra daquele país apenas teve seu plantio iniciado e nessa época do ano o nervosismo se acentua na **Bolsa de Chicago**.

Para o **Brasil**, os recentes desdobramentos do mercado externo são altamente positivos. A soja, que vinha sendo cotada a Cz$ 140/60 kg em Rondonópolis, no início de abril, abaixo, portanto, do preço mínimo oficial, alcançava os Cz$ 240,00/60 kg no mesmo município, em meados de maio. Isto, conforme ressaltado anteriormente, reflete a combinação do incremento das cotações externas com a intensificação das desvalorizações cambiais.

A balança comercial também lucra já que, a princípio, a receita de exportações poderá alcançar algo em torno dos US$ 2 bilhões, cerca de 28% acima do obtido em 1986. Colaborarão para esse ganho o crescimento da safra, o aumento das cotações no exterior e o decréscimo previsto para o consumo interno. Este se deve, novamente, ao menor ritmo de expansão da economia brasileira. Seus reflexos são sentidos quase imediatamente no consumo de carnes (em decorrência, de farelo) e alimentos em geral.

Cabe ressaltar, ainda, que a crise gerada pela abundância, em 1987, deve ser bastante relativa. O consumo *per capita* de alimentos no **Brasil** é, ainda, muito baixo, sendo a **fartura** anunciada apenas conseqüência natural da forma da distribuição da renda



LARANJA

Foi bom o desenvolvimento da safra. A produção do suco concentrado se expandirá, atingindo 720 mil t. A receita das exportações está sendo estimada em US$ 850 milhões, bem acima da do ano passado



A safra 1986/87 expandiu-se em quase todos os estados produtores, exceto no Rio de Janeiro, que apresentou leve redução e no Piauí, Mato Grosso do Sul e Goiás, que são pouco significativos. Para São Paulo, maior produtor (80% da produção total do país), prevê-se um aumento de 6,6% sobre a safra 1985/86, alcançando cerca de 57,3 bilhões de frutos. Sergipe, segundo estado mais importante na citricultura, deverá apresentar um incremento de 1% e o Rio Grande do Sul 7,4%.

A expansão da área colhida (5,7%) responde pelos acréscimos na produção. No Rio Grande do Sul, verificou-se, ademais, elevação significativa no rendimento físico, superando a média nacional. No cômputo geral, a safra deverá alcançar 68,6 bilhões de frutos (64,8 bilhões no ano passado).

A colheita paulista deverá ser de 280 milhões de caixas de 40,8 kg, cerca de 6,4% superior às 263 milhões obtidas em 1986, ano em que os laranjais foram seriamente afetados pela estiagem.

A' produção de suco também se expandirá, para cerca de 720 mil t, que deverão ser quase totalmente exportadas.

Tendo em vista a recuperação dos preços no mercado internacional, a partir de novembro do ano passado, e a perspectiva de que as cotações se manterão firmes, sem grandes oscilações, a receita cambial do suco concentrado prevista para este ano deverá aproximar-se dos US$ 850 milhões (US$ 724 milhões em 1986), em razão, basicamente, do aumento do preço médio (ver Quadro 04).

Do início do ano comercial (julho de 1986) até março deste ano, cerca de 522.849 t de suco foram exportadas (no mesmo período do ano-safra anterior, foram 446.806 t), o que leva a crer que a meta prevista para 1987 poderá ser facilmente alcançada. Contudo, dois fatores estão inibindo a repetição do recorde atingido em 1984: o maior consumo interno da fruta **in natura**, reduzindo a disponibilidade para o esmagamento e a recuperação dos pomares norte-americanos. Apesar do enfraquecimento do dólar e da abertura de novos mercados (**Japão** e **URSS**), as sobretaxas impostas pelos governos dos **EUA** e da **Comunidade Econômica Européia** conduzem a uma estimativa conservadora das exportações.

A recente firmeza das cotações internacionais (ver Gráfico 02) provém de cinco razões principais:

a) redução nos estoques de suco da Flórida, de 48,3 milhões de galões, em 1985/86, para 36,7 milhões de galões, em 1986/87, o nível mais baixo desde a safra 1983/84;
b) imposição de sobretaxa de 1,96%, pelos **EUA**, às importações do **Brasil**;
c) maior necessidade de importação pelos **EUA**: mesmo com o aumento da produção naquele país, a oferta será insuficiente para atender à demanda, que também se expandiu;
d) existência de cancro cítrico na Flórida;
e) desvalorização do dólar norte-americano frente às moedas européias e ao iene, barateando o suco brasileiro destinado àqueles mercados e possibilitando expansão das importações.

Relativamente ao acordo de preços entre os produtores de laranja e os in-

dustriais brasileiros, para a safra vindoura (1987/88), as negociações, ao contrário do ocorrido nos dois últimos anos, foram rápidas e consensuais. Concorreram para isto a menor **pressão** dos estoques de passagem de suco concentrado (calculados em cerca de 35 mil t, metade do considerado mínimo de segurança), o aumento das cotações internacionais e a elevação do consumo da fruta **in natura**, que passou de aproximadamente 17 milhões de caixas, antes do **Plano de Estabilização Econômica**, para algo em torno de 60 milhões de caixas.



A proposta dos industriais foi de pagamento de Cz$ 39,00/caixa, a título de antecipação, sendo Cz$ 12,00/caixa à vista e mais três parcelas de Cz$ 9,00/caixa em outubro deste ano, janeiro e abril de 1988, tendo por base a garantia do preço firmado em dólar (US$ 1.292,00/t). Este tipo de proposta – baseado em contrato de participação – é uma antiga reivindicação dos produtores, vindo a substituir a forma prevalescente até o ano passado (contrato a preço fixo).

A nova forma prevê o atrelamento dos preços internos às cotações internacionais por um período de doze meses (julho a junho). Assim, sempre que o preço no mercado internacional se elevar acima do preço estabelecido, o produtor receberá a diferença, já descontados o custo industrial de processamento e o adiantamento concedido. Esta diferença varia de 100% para o produtor de frutas nobres (pera, natal e valência), de 85% para o de frutas **hamlin** (bahia, baianinha, lima, pera-lima e margot) e de 75% para o de tangerinas.

QUADRO 04 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA 1983-87[1] – US$/t

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR US$ 1.000 FOB	PREÇO MÉDIO US$/t
1983	553.110	607.931	1.099,00
1984	904.805	1.414.500	1.563,00
1985	484.782	748.925	1.545,00
1986	751.834	635.987	846,00
1987[1]	750.000	850.000	1.133,34

FONTE – Cacex.
[1] Previsão.

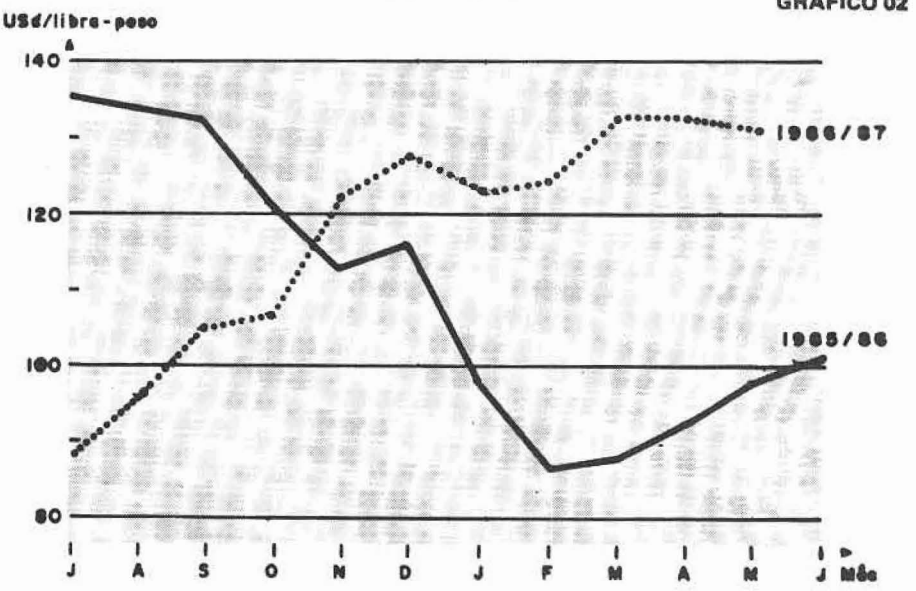
Os poucos produtores que, no ano passado, no início da comercialização da safra 1986/87, optaram por este tipo de contrato, recebem atualmente Cz$ 34,00/caixa, ao invés de Cz$ 14,00/caixa dos contratos a preço fixo. Entretanto, como, em termos reais, descontando-se a inflação anual acumulada até abril, a diferença entre estes dois preços é quase nula, o atual acordo de preços não se constitui, de fato, em negócio vantajoso para o produtor, mesmo estando os preços internos associados às variações das cotações internacionais. Isto porque, dificilmente, os preços no mercado externo superarão os atuais níveis, em razão da expectativa de maiores safras brasileira e norte-americana.

Neste sentido, o que realmente levou à boa aceitação da proposta pelos produtores foi a sua precária situação financeira, decorrente da comercialização da atual safra.

Estima-se que, até meados de abril, a safra paulista 1987/88, destinada à industrialização do suco, estava virtualmente comprada pelos industriais.

BOLSA DE MERCADORIAS DE NOVA IORQUE – COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS[1] DO SUCO DE LARANJA – JULHO A JUNHO DE 1985/86 E 1986/87
US¢/libra-peso[2]

GRÁFICO 02



Fonte: Bolsa de Nova Iorque.
[1] 1º futuro;
[2] US$/lb de sólido solúvel.

CENSOS AGROPECUÁRIOS

No qüinqüênio 1980-85 a agricultura perde dinamismo: cai o ritmo de expansão da área ocupada com lavouras; diminui a taxa de crescimento dos rebanhos bovino, suíno e avícola; arrefece o desenvolvimento do mercado de tratores agrícolas; aumenta o número de minifúndios, de latifúndios e do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais

Em março, o **IBGE** concluiu a publicação da **Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985** referente à Região Sudeste — a última das grandes regiões a ter seus dados processados. Com isto, tornou-se possível a apuração dos resultados da **Sinopse** para o conjunto do país. Este comentário apresenta breve análise desses resultados, indicando as principais características da evolução da agropecuária brasileira no período 1980-85.

São as seguintes as linhas gerais de tal evolução:

a) Fatores como a crise que atingiu a economia brasileira no período 1981-84, as mudanças na política de crédito agrícola, tornando-o mais caro e escasso (notadamente o crédito de investimento), a acentuada redução nos recursos dos programas de incentivo fiscal à agropecuária, a gradual escassez de áreas acessíveis nas zonas de fronteira, e a adoção de políticas de efeitos prejudiciais à produção — especialmente no que tange às pecuárias de corte e de leite —, fizeram com que a agropecuária brasileira perdesse dinamismo no último qüinqüênio intercensitário;

b) Por sua vez, a diminuição do crescimento urbano-industrial e da geração de oportunidades de trabalho da primeira metade da década de 1980, aliadas ao fim da seca no Nordeste fizeram com que, entre 1980 e 1985, se revertesse a tendência anterior de declínio no número de pequenos estabelecimentos e de crescimento reduzido do pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

Redução do Dinamismo da Agropecuária Brasileira no Período 1980-85

As variáveis da **Sinopse Preliminar** que traduzem essa perda de dinamismo são: a área em estabelecimentos agropecuários; a área em lavouras; o número de tratores; e os efetivos de bovinos, de suínos e de aves.

Evolução da área em estabelecimentos

A área em estabelecimentos agropecuários do país (ver Quadro 05), registrou acentuada desaceleração entre 1980 e 1985. Se nos períodos 1970-75 e 1975-80 a área total aumentou 10,1% (quase 30 milhões de ha) e 12,7% (quase 41 milhões de ha), respectivamente, entre 1980 e 1985 ela cresceu apenas 3,1% ou cerca de 11,4 milhões de ha. Em 1985 a área em estabelecimentos agrícolas do país totalizava aproximadamente 376,3 milhões de ha, 44,2% da superfície do território nacional.

No nível de grande região, o crescimento da área em estabelecimentos do qüinqüênio 1980-85 concentrou-se no Centro-Oeste (mais 3,655 milhões de ha), no Nordeste (mais 3,544 milhões de ha) e na Região Norte (mais 3,325 milhões de ha). Nas outras duas regiões, a área total aumentou pouco no qüinqüênio.

Ademais, mesmo as três regiões que registraram acentuada expansão da área total entre 1980 e 1985 tiveram um crescimento bem maior no qüinqüênio anterior. Entre 1975 e 1980, a área em estabelecimentos aumentou 19,5 milhões de ha no Centro-Oeste (432,8% a mais do que no período recente), 9,7 milhões de ha no Nordeste (175,3% a mais) e 8,9 milhões de ha na Região Norte (169% a mais). As reduções na expansão da área total, ocorridas recentemente, foram conseqüência da gradual escassez das terras inocupadas nas áreas mais acessíveis das zonas de fronteira e do declínio dos programas de incentivos fiscais. Contribuiu também, o fracasso de vários dos empreendimentos incentivados na **Amazônia Legal.**

Nas três regiões de maior expansão, o crescimento da área em estabelecimentos do qüinqüênio 1980-85 se fez de forma extremamente concentrada. No Nordeste, 98,7% da expansão da área total do período (cerca de 3,5 milhões de ha) ocorreram no estado da Bahia; na Região Norte, a soma do aumento da área em estabelecimentos do Pará (3,1 milhões de ha) e de Rondônia (867 mil ha) ultrapassou a expansão regional, tendo sido contrabalançada por reduções ocorridas em

QUADRO 05 – BRASIL – DADOS COMPARATIVOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS – 1970, 1975, 1980 E 1985

ESPECIFICAÇÃO	RECENSEAMENTO				TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1970	1975	1980	1985	1970-75	1975-80	1980-85
ESTABELECIMENTOS[1] (Nº)	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779	NC	3,3	13,1
Com menos de 10 ha	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841	NC	–C,2	18,8
Entre 10 ha e menos de 100 ha	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424	NC	6,2	7,4
Com mais de 100 ha	451.620	487.638	536.362	568.723	NC	10,0	6,0
ÁREA TOTAL (ha)	294.145.470	323.896.082	364.854.407	376.286.577	10,1	12,7	3,1
ÁREA EM LAVOURAS (ha)	33.983.800	40.001.354	49.104.241	52.380.366	17,7	22,8	6,7
Permanente	7.984.069	8.385.393	10.472.124	9.835.315	5,0	24,9	– 6,1
Temporária	25.999.731	31.615.961	38.632.117	42.545.051	21,6	22,2	10,1
PESSOAL OCUPADO[1] (Nº)	17.627.089	20.345.692	21.163.735	23.273.517	15,4	4,0	10,0
Em estabelecimentos com menos de 10 ha	7.129.803	8.343.448	7.921.721	9.274.948	17,0	– 5,1	17,1
Em estabelecimentos entre 10 ha e menos de 100 ha	7.432.650	8.424.842	8.718.674	9.236.926	13,4	3,5	5,9
Em estabelecimentos com mais de 100 ha	2.980.323	3.566.832	4.499.250	4.730.363	19,7	26,1	5,1
TRATORES (Nº)	165.870	323.113	545.205	652.049	94,8	68,7	19,6
EFETIVOS DE BOVINOS (Nº)	78.562.250	101.673.753	118.085.872	127.643.292	29,4	16,1	8,1
EFETIVOS DE SUÍNOS (Nº)	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.067.116	11,5	– 7,2	– 7,9
EFETIVOS DE AVES (Nº)	213.622.503	286.810.202	413.179.594	429.732.435	34,3	44,1	4,0

FONTE – IBGE.

[1] Os totais deste item relativos a um dado ano diferem da soma dos componentes dos estratos no mesmo ano pelo montante "sem declaração".

NC = Valores não comparáveis. A definição de estabelecimento mudou entre 1970 e os demais anos, tornando os totais deste ano não estritamente comparáveis.

outros estados. No Centro-Oeste, Mato Grosso foi responsável por 93,2% da expansão da área em estabelecimentos da região.

A área em lavouras

Foi bastante acentuada, também, a redução do crescimento da área em lavouras, ocorrida no período 1980-85. Entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 a área cultivada do país se ampliou 17,7% (cerca de 6 milhões de ha) e 22,8% (9,1 milhões de ha), respectivamente; no último período censitário, porém, a área em lavouras cresceu apenas 6,7% (3,3 milhões de ha), cerca de 1/3 da área adicionada no qüinqüênio anterior. Em 1985 estavam sob cultivo no país cerca de 52,4 milhões de ha, ou seja, 13,9% da área total em estabelecimentos agropecuários.

Um exame do Quadro 06 permite verificar que, em certa medida, essa perda de dinamismo esteve associada a uma substancial queda da área das lavouras permanentes, conseqüência, principalmente, do declínio da lavoura cafeeira na Região Sul, e do algodão arbóreo no Nordeste. Como se pode ver no Quadro 06, no período 1980-1985 houve uma redução de 311,2 mil ha na área de lavouras permanentes da Região Sul e de 615,2 mil ha na da Região Nordeste; essas reduções foram compensadas, embora apenas parcialmente, por aumentos das lavouras permanentes das regiões Norte (cacau e café) e Sudeste (café, em Minas Gerais e no Espírito Santo). Observe-se que, no período 1975-80, a área em lavouras permanentes do Brasil havia aumentado quase 2,1 milhões de ha.

As lavouras temporárias, por sua vez, ampliaram sua área em cerca de 3,9 milhões de ha entre 1980 e 1985. Entretanto, embora significante, este aumento foi bem menor do que o verificado no qüinqüênio anterior (7 milhões de ha). A redução de 636,8 mil ha da área em lavouras permanentes e essa expansão menos acentuada das lavouras temporárias produziram o crescimento medíocre da área cultivada no período.

Como se pode ver na última coluna do Quadro 06, ainda existe margem para considerável expansão da área em lavouras no Brasil. Em 1985, a proporção da área total dos estabelecimentos agropecuários que estava sendo cultivada (13,9%) era ainda muito reduzida. Essa proporção não se mostrou elevada nem mesmo nas regiões de ocupação mais antiga (30% na Região Sul, 18,4% no Sudeste e 15,7% no Nordeste); nas demais, é quase insignificante (6,6% no Centro-Oeste e 4,5% na Região Norte).

Os dados do Quadro 07 permitem complementar a análise da evolução recente da área em lavouras. Ela apresenta a área cultivada com as principais lavouras permanentes e temporárias do país, obtida pelo **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)**, do **IBGE**, nos anos dos três últimos **Censos Agropecuários**, bem como as respectivas taxas de variação nos períodos 1975-80 e 1980-85. Como se

QUADRO 06 – BRASIL E GRANDES REGIÕES – VARIAÇÃO DA ÁREA EM LAVOURAS, 1975-80 E 1980-85: TOTAL, LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS. PROPORÇÃO DA ÁREA CULTIVADA SOBRE A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS – 1985

REGIÃO E TIPO DE LAVOURA	VARIAÇÃO NA ÁREA EM LAVOURAS (1.000 ha) 1975-80	1980-85	PROPORÇÃO DA ÁREA CULTIVADA SOBRE A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS 1985 (%)
NORTE			
Total	**548,3**	**276,4**	**4,5**
Permanente	297,1	133,7	
Temporária	251,2	142,7	
NORDESTE			
Total	**3.158,7**	**235,0**	**15,7**
Permanente	892,2	–615,2	
Temporária	2.266,5	850,2	
SUDESTE			
Total	**1.685,5**	**1.455,2**	**18,4**
Permanente	971,4	181,1	
Temporária	714,1	1.274,1	
SUL			
Total	**1.580,0**	**55,1**	**30,0**
Permanente	–198,8	–311,2	
Temporária	1.778,8	366,3	
CENTRO-OESTE			
Total	**2.130,5**	**1.254,4**	**6,6**
Permanente	124,9	– 25,2	
Temporária	2.005,6	1.279,6	
BRASIL			
Total	**9.103,0**	**3.276,1**	**13,9**
Permanente	2.086,8	–636,8	
Temporária	7.016,2	3.912,9	

FONTE – IBGE, Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985.

pode ver alí, das lavouras permanentes, a do algodão arbóreo sofreu violenta redução entre 1980 e 1985 (–43%), depois de quase não crescer no qüinqüênio anterior; a do café apresentou pequena expansão global (2% entre 1980 e 1985), numa combinação de reduções na Região Sul com aumentos notadamente na Região Sudeste (em Minas Gerais e no Espírito Santo). Embora outras lavouras permanentes tivessem registrado acentuado crescimento no período 1980-85 (98,3% na do caju, 32,7% na do cacau e 15,1% na da laranja), a sua participação relativa na área das lavouras permanentes é, ainda, reduzida. Assim, predominaram as tendências impressas pelas lavouras do algodão arbóreo e do café.

No que tange às lavouras temporárias, observa-se que várias delas tiveram acentuado declínio entre 1980 e 1985 (ver Quadro 07), especialmente as do amendoim (–61,7%), do arroz (–23,8%), do trigo (–14,5%) e da batata-inglesa (–13,1%). Ademais, a lavoura do milho, de elevada importância econômica, teve um incremento de área de apenas 3,1% no qüinqüênio e o crescimento da área com soja se reduziu de 50,2% entre 1975 e 1980 para 15,7% no período 1980-85. As únicas lavouras a apresentarem uma significativa expansão de área cultivada foram as da cana-de-açúcar (32,4% de crescimento entre 1975-1980 e 49,5% entre 1980 e 1985) e do algodão herbáceo (65,8% de crescimento entre 1980 e 1985).

Essa evolução das principais lavouras de ciclo curto explica o pequeno incremento da área das lavouras temporárias, registrada pelos dados dos **Censos Agropecuários** para o período 1980-85. A estagnação da demanda de alimentos, conseqüência da crise econômica do período 1981-84, aliada a políticas agrícolas que discriminavam a produção, fizeram com que a alocação de terras ou declinasse (arroz, batata-inglesa, trigo e mandioca), ou tivesse expansão apenas medíocre (feijão e milho). A lavoura da soja, por sua vez, expandiu-se a um ritmo menor, em virtude de problemas no mercado externo do produto. Das duas lavouras que tiveram aumentos substanciais – a da cana-de-açúcar e a do algodão herbáceo –, a primeira progrediu como resultado do forte impulso propiciado pelo **Proálcool** e a segunda cresceu essencialmente para preencher a lacuna aberta com a redução da produção de algodão arbóreo.



QUADRO 07 – BRASIL – ÁREA CULTIVADA COM OS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTE E TEMPORÁRIA – 1975, 1980 E 1985

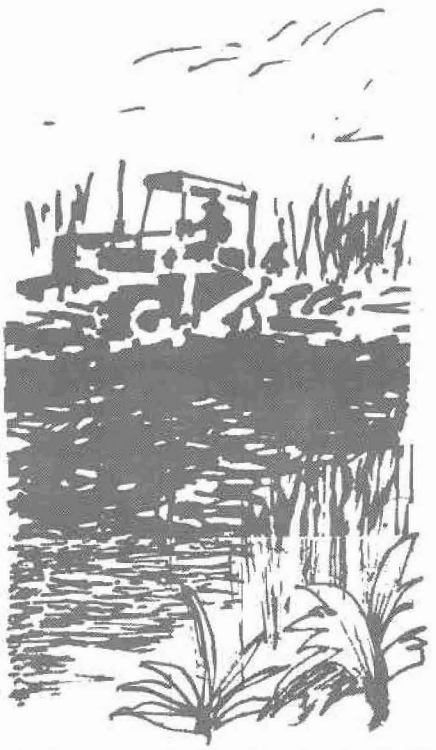
LAVOURA	ÁREA CULTIVADA (ha)			TAXA DE CRESCIMENTO QUINQUENAL (%)	
	1975	1980	1985	1975-80	1980-85
PERMANENTE					
Algodão arbóreo	2.329.558	2.346.052	1.337.644	0,7	–43,0
Banana	313.650	371.274	441.094	18,4	18,8
Cacau	451.145	482.521	640.242	7,0	32,7
Café	2.216.921	2.433.604	2.483.000	9,8	2,0
Caju	110.052	184.151	365.155	67,3	98,3
Laranja	403.192	575.249	662.316	42,7	15,1
TEMPORÁRIA					
Algodão herbáceo	1.548.831	1.353.443	2.244.253	–12,6	65,8
Amendoim	345.095	312.947	192.964	– 9,3	–61,7
Arroz	5.306.270	6.243.138	4.760.066	17,7	–23,8
Batata-inglesa	191.216	181.084	157.369	– 5,3	–13,1
Cana-de-açúcar	1.969.227	2.607.628	3.899.558	32,4	49,5
Feijão	4.145.916	4.643.409	5.317.079	12,0	14,5
Fumo	253.736	316.427	268.604	24,7	–15,1
Mamona	398.709	440.511	495.064	10,5	12,4
Mandioca	2.041.416	2.015.857	1.867.350	– 1,3	– 7,4
Milho	10.854.687	11.451.297	11.801.549	5,5	3,1
Soja	5.824.492	8.774.023	10.152.751	50,2	15,7
Trigo	2.931.508	3.122.107	2.670.448	6,5	–14,5

FONTE – IBGE, Anuário Estatístico, 1978 e 1983; Produção Agrícola Municipal, 1985 e LSPA, dezembro de 1986.

Evolução da mecanização

A variação no tempo, do número de tratores, fornece outra evidência da recente redução de dinamismo da agricultura brasileira. Entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 o número de tratores agrícolas do país aumentou 94,8% (157.243 unidades), e 68,7% (222.095 unidades), respectivamente (ver Quadro 08). No qüinqüênio 1980-85, porém, o número de tratores cresceu apenas 19,6%; em termos absolutos o incremento de 106.845 unidades, no período, representou menos da metade da ampliação registrada do qüinqüênio anterior.

Em nível menos agregado, a queda no incremento do número de tratores atingiu todas as regiões do país, como se pode ver no Quadro 08.



A que menor declínio no incremento do número de tratores apresentou foi a Região Centro-Oeste (de 34.359 para 26.423 unidades entre os períodos 1975-80 e 1980-85). Nas Regiões Sudeste e Sul o crescimento absoluto do número de tratores caiu para cerca da metade (de 70.690 para 34.099 unidades no Sudeste e de 89.509 para 46.393 unidades na Região Sul). Já o Nordeste registrou um declínio dramático entre os dois períodos (de 22.975 unidades entre 1975 e 1980 para apenas 233 unidades entre 1980 e 1985); e a variação na Região Norte passou de positiva (4.562 unidades) no período 1975-80, para negativa (–213 unidades) no último qüinqüênio.

Essa evolução mais lenta do número de tratores parece ter estado associada, de um lado, à própria desaceleração recente da expansão da agricultura, já examinada e, do outro, às mudanças introduzidas, no qüinqüênio, na política de crédito agrícola, reduzindo o subsídio implícito do crédito de investimento e diminuindo drasticamente a sua disponibilidade.

Os dados da **Sinopse** e dos **Censos Agropecuários**, de área cultivada e de número de tratores, permitiram a construção de um indicador do grau de mecanização da agricultura brasileira – a área média cultivada por trator. O Quadro 09 apresenta a evolução desse indicador, de 1970 a 1985, para o Brasil e para as suas regiões.

Como se pode ver ali, foi impressionante o aumento da mecanização da agricultura brasileira, principalmente no período 1970-1980. Se, em 1970, cada trator cultivava, em média, 204,9 ha no país, em 1980 essa média atingiu 90,1 ha, ou apenas 44% da área média do início do período. Entre 1980 e 1985, a área média continuou a declinar, atingindo o nível de 80,3 ha por trator na data do último **Censo Agropecuário**; entretanto, esse declínio foi menos acentuado do que o observado nos qüinqüênios anteriores.

QUADRO 08 – REGIÕES E BRASIL – INCREMENTO NO NÚMERO DE TRATORES AGRÍCOLAS		
REGIÃO	Entre 1975 e 1980	Entre 1980 e 1985
Norte	4.562	–213
Nordeste	22.975	233
Sudeste	70.690	34.099
Sul	89.509	46.393
Centro-Oeste	34.359	26.423
BRASIL	222.095	106.845

FONTE – IBGE.

Dentre as grandes regiões, o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste tiveram evoluções semelhantes à média nacional – embora em patamares distintos. Na Região Sudeste, o indicador de mecanização passou de 116,5 ha por trator em 1970 para 57,4 ha por trator em 1985; no Centro-Oeste, ele variou de 323,4 ha/trator em 1970 para 86,1 ha/trator em 1985; e, na Região Sul, evoluiu de 170,7 ha/trator em 1970 para 52 ha/trator em 1985.

Foi impressionante o ritmo da mecanização das duas últimas regiões. No Centro-Oeste – uma região de fronteira – a área cultivada por trator, em 1985, não se situava muito abaixo da média nacional e representava 26,6%, apenas, do nível desse indicador, em 1970. A Região Sul, que em 1970 tinha um indicador de mecanização bastante inferior ao da Região Sudeste (170,7 contra 116,5 ha/trator), em 1985 já a havia ultrapassado (52 contra 57,4 ha/trator); e o nível do indicador de 1985 era 30,5% apenas, do registrado para a Região em 1970. Apenas para fins de comparação, segundo dados da **FAO**, a área cultivada por trator dos **Estados Unidos da América** era, em 1984, de 40,8 ha/trator – não muito inferior às médias das Regiões Sul e Sudeste.

A área cultivada por trator das Regiões Norte e Nordeste evoluiu de forma menos regular e, mesmo em 1985, ainda se situava bem acima da média nacional em ambas. Na Região Norte, a área média permaneceu elevada até 1975, apresentou drástica redução entre este ano e 1980 (de 689,8 para 277,0 ha/trator) e voltou a aumentar no período 1980-85, atingindo 332,1 ha/trator na data do último Censo. No Nordeste, a área média por trator que, em 1970, era extremamente elevada (1.418 ha/trator), declinou para 931,2 ha/trator em 1975 e – acentuadamente – para 373 ha/trator em 1980. No último qüinqüênio analisado, porém, a magnitude do indicador voltou a aumentar, embora ligeiramente, atingindo o nível de 376,9 ha/trator.

Observe-se que, em todos os casos, a mecanização se intensificou substancialmente no período 1975-80 e amainou – quando não mostrou reversão – entre 1980 e 1985.

QUADRO 09 – BRASIL E REGIÕES – INDICADOR DE MECANIZAÇÃO				
REGIÃO	INDICADOR DE MECANIZAÇÃO (ha/trator)			
	1970	1975	1980	1985
BRASIL	204,9	123,8	90,1	80,3
Norte	547,6	689,8	277,0	332,1
Nordeste	1.418,0	931,2	373,0	376,9
Sudeste	116,5	79,1	59,8	57,4
Sul	170,7	89,4	62,0	52,0
Centro-Oeste	323,4	149,8	102,2	86,1

FONTE – IBGE.

Evolução do efetivo de bovinos

O rebanho bovino brasileiro também apresentou um crescimento menor no período 1980-85. Se, entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 a expansão do efetivo de bovinos se fez às taxas de 29,4% e 16,1%, respectivamente, entre 1980-1985 alcançou apenas 8,1% (ver Quadro 10). Note-se que, nesse período, o crescimento do rebanho bovino foi bastante inferior ao crescimento da população (cerca de 13% no qüinqüênio). Como não houve significativos ganhos de produtividade mais recentemente, conclui-se que a oferta de carne bovina e de leite nem mesmo acompanhou o crescimento do número de consumidores.

Em termos absolutos, os efetivos de bovinos vêm aumentando de forma decrescente desde 1970. Registraram incrementos de 23,1 milhões de cabeças entre 1970 e 1975, de 16,4 milhões de cabeças no período 1975-80 e, no período 1980-85, de 9,6 milhões de cabeças apenas. Na data do último **Censo Agropecuário** (31/12/85), os efetivos de bovinos do país somavam 127,6 milhões de cabeças.

Essa redução no dinamismo da bovinocultura brasileira se deve a uma série de fatores que, no período 1980-85, afetaram de forma negativa os mercados da carne e do leite. No mercado da carne influíram, de um lado, os efeitos da crise econômica do período 1981-84 e da política de achatamento dos salários das classes de poder aquisitivo mais elevado – os maiores consumidores da carne bovina –, que provocaram estagnação ou queda da demanda de carne; e do outro, a freqüente adoção de políticas imediatistas mal orientadas, contribuindo para desestimular os produtores. O mercado do leite foi afetado por uma política de tabelamento do produto, adotada desde há muito tempo, visando, pri-

mordialmente, a manter sob controle a taxa de inflação e que tornou pouco atrativa a produção de leite.

A combinação desses fatores fez com que a atividade pecuária fosse sendo desestimulada, levando os pecuaristas a intensificar o abate de suas matrizes. Os dados de abate de bovinos do **IBGE** revelam que, no período 1982-85, a média da proporção do abate total de bovinos constituída de vacas, foi de 34,1%, bastante acima da média do período 1978-81, por exemplo (27,5%). Esse elevado abate de matrizes acabou se traduzindo na redução, registrada no período 1980-85, do crescimento do rebanho bovino brasileiro.

No nível de grande região, como se pode ver no Quadro 10, os rebanhos de todas menos uma das regiões tiveram expansões menores no período 1980-85 do que no período anterior. A exceção está na Região Sudeste que, no período, apresentou um aumento de rebanho, depois de um qüinqüênio em que este havia se reduzido em mais de 400 mil cabeças.

O Centro-Oeste foi a região que maiores incrementos de efetivos de bovinos teve nos dois períodos. O aumento do seu rebanho, que no qüinqüênio 1975-80 foi de 8,5 milhões de cabeças, declinou para 6,3 milhões de cabeças no período 1980-85. A Região foi responsável, respectivamente, por 51,9% e por 66,3% do aumento do rebanho brasileiro desses períodos.

Evolução semelhante verificou-se na Região Norte, a segunda principal área de expansão da bovinocultura. O incremento no número de bovinos, que entre 1975 e 1980 foi de quase 1,9 milhão de cabeças, declinou para cerca de 1,4 milhão de cabeças no período 1980-85.

As Regiões Nordeste e Sul foram as que maiores declínios experimentaram no período 1980-85. Na primeira, o aumento do rebanho, que foi de 3,5 milhões de cabeças entre 1975 e 1980, caiu para 781 mil cabeças entre 1980 e 1985. Na segunda, o incremento passou do nível de quase 3 milhões de cabeças para o de apenas 242 mil cabeças entre os dois períodos.

A Região Sudeste teve uma evolução bastante distinta das demais. Entre 1975 e 1980 o seu rebanho bovino sofreu uma redução de cerca de 402 mil cabeças, mas entre 1980 e 1985 a situação se reverteu e registrou um incremento de 826 mil cabeças. Esse comportamento foi conseqüência de uma série de fatores, dentre os quais se destacam o impacto da seca, que, no período 1979-83, prejudicou as pastagens do Norte de Minas Gerais, o declínio da pecuária leiteira, especialmente neste, mas também nos demais estados da Região, o avanço da cana-de-açúcar sobre as pastagens de São Paulo, incentivado pelo **Proálcool** e, no Espírito Santo, o deslocamento da pecuária pela lavoura cafeeira. No qüinqüênio 1980-85, alguns desses fatores continuaram a se fazer sentir — embora o auge do seu impacto tivesse ocorrido no período anterior —, mas outros desapareceram (por exemplo, o efeito da seca no Norte de Minas Gerais). Desta forma, a bovinocultura da Região voltou a crescer. Entretanto, o nível de seu rebanho bovino de 1985 era quase o mesmo do de dez anos antes (35,7 contra 35,2 milhões de cabeças).

QUADRO 10 – GRANDES REGIÕES – VARIAÇÃO DO EFETIVO DE BOVINOS

REGIÃO	VARIACÃO DOS EFETIVOS DE BOVINOS (cabeças) Entre 1975 e 1980	Entre 1980 e 1985
Norte	1.859.504	1.369.465
Nordeste	3.464.667	780.690
Sudeste	–401.874	826.142
Sul	2.978.832	247.253
Centro-Oeste	8.510.966	6.333.870

FONTE – IBGE.

Os efetivos de suínos e de aves

Depois de terem crescido 11,5% entre 1970 e 1975, os efetivos de suínos sofreram reduções de 7,2% e de 7,9%, respectivamente, nos dois qüinqüênios subseqüentes. Em 1970, o rebanho suíno brasileiro totalizava 31,5 milhões de cabeças; chegou a atingir 35,2 milhões de cabeças em 1975 mas as quedas nos dois qüinqüênios subseqüentes levaram-no ao nível de cerca de 30,1 milhões de cabeças em 1985 — um total inferior, até, ao de 1970.

O declínio da suinocultura no período 1975-85 teve várias causas: no qüinqüênio 1975-80 os sacrifícios de animais, ocorridos em conseqüência do surto de **peste africana**; problemas de preços e de fornecimento de rações (em 1983, por exemplo); redução na demanda provocada pela recessão do período 1982-84; e o barateamento relativo do preço de carnes que concorrem com a de suínos, notadamente a de aves, mas também a bovina em alguns anos do qüinqüênio 1980-85.

Os efetivos de aves do país, por sua vez, tiveram brusca redução de crescimento, mais recentemente. Entre 1970 e 1975 e entre 1975 e 1980 eles cresceram às elevadas taxas de 34,3% e de 44,1% respectivamente; no qüinqüênio 1980-85, entretanto, a sua expansão declinou para apenas 4,0%. Em 1985, os efetivos de aves do **Brasil** totalizavam cerca de 429,7 milhões de unidades.

A brusca desaceleração recente foi conseqüência da redução do poder aquisitivo da população, principal-

mente entre 1982 e 1984, da queda no preço real da carne bovina, e de problemas na oferta e nos preços de rações (principalmente em 1983).

Observando a evolução dos efetivos de aves das grandes regiões no período 1980-85, constata-se que foi bastante afetada por uma queda de 13,2% nos efetivos da Região Sudeste. Esse declínio foi mais do que compensado por aumentos de 13,2% na Região Sul, de 20,2% no Nordeste, de 22,7% no Centro-Oeste e de 16,3% na Região Norte. O crescimento, no qüinqüênio 1980-85, dos efetivos de aves dessas quatro últimas regiões foi menor do que o dos dois qüinqüênios anteriores, garantindo, em si, uma desaceleração na expansão da avicultura do país como um todo. Entretanto, o declínio verificado na Região Sudeste é que jogou a taxa nacional num nível tão reduzido.

QUADRO 11 – GRANDES REGIÕES – INCREMENTO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

REGIÃO	1975-1980		1980-1985	
	Nº	Variação Percentual	Nº	Variação Percentual
Norte	70.966	21,0	91.602	22,4
Nordeste	96.097	4,1	370.396	15,1
Sudeste	12.185	1,4	108.038	12,1
Sul	–11.032	–0,9	56.355	4,9
Centro-Oeste	– 1.617	–0,6	48.537	18,1

FONTE – IBGE.

Reversão nas Tendências de Declínio no Número de Pequenos Estabelecimentos e de Expansão Reduzida do Pessoal Ocupado

A comparação dos dados da **Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário** de 1985 com os dos censos anteriores revela que, no qüinqüênio 1980-85, o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado na agropecuária cresceram a taxas bem maiores do que as do qüinqüênio anterior.

Como se pode ver no Quadro 11, o número de estabelecimentos agropecuários do país, que havia crescido apenas 3,3%, ou 166.599 unidades entre 1975 e 1980, apresentou uma expansão bem mais elevada no período 1980-85: 13,1%, ou 674.928 unidades.

Observe-se que, à exceção da Região Norte – cuja evolução não se alterou substancialmente entre os períodos 1975-80 e 1980-85 –, as demais regiões registraram crescimentos bem maiores no número de estabelecimentos durante o último qüinqüênio do que no ano anterior. A expansão no número de estabelecimentos das Regiões Nordeste e Sudeste, por exemplo, que foi bastante reduzida no período 1975-80 (4,1% e 1,4%, respectivamente), deu um salto para 15,1% e 12,1%, respectivamente, no período 1980-85. Em termos absolutos, no qüinqüênio 1980-85, a Região Nordeste registrou um incremento de 370,4 mil e a Região Sudeste de 108,0 mil estabelecimentos contra apenas 96,1 mil e 12,2 mil estabelecimentos no qüinqüênio anterior.

As Regiões Sul e Centro-Oeste, por sua vez, passaram de situação de queda no número de estabelecimentos entre 1975 e 1980 (–11.032 e –1.617 unidades, respectivamente) para uma de crescimento entre 1980 e 1985 (4,9%, ou 56,4 mil unidades e 18,1%, ou 48,5 mil unidades, respectivamente).

Essa evolução recente esteve associada, basicamente, a alterações que ocorreram no número de pequenos estabelecimentos. Considerando-se, para o país como um todo, apenas os estabelecimentos com menos de 10 ha, verifica-se que, enquanto no qüinqüênio 1975-80 o seu número sofreu uma **redução** de 0,2% (3.841 unidades), no período 1980-85 ele apresentou uma expansão de 18,8% (487.822 unidades). Já os estabelecimentos com 10 ha ou mais apresentaram variação bastante parecida nos dois períodos: 7,1%, ou 170.440 unidades, entre 1975 e 1980 e 7,3% ou 187.106 unidades, entre 1980 e 1985.

No nível de região, a variação nos períodos 1975-80 e 1980-85, do número de estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores a 10 ha também apresentou comportamento contrastante, como se pode ver no Quadro 12.

Nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, o número de pequenos estabelecimentos declinou no qüinqüênio

QUADRO 12 – GRANDES REGIÕES – VARIAÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 10 ha

REGIÕES	1975-1980	1980-85
Norte	– 4.221	19.514
Nordeste	12.913	331.626
Sudeste	12.711	68.270
Sul	– 8.864	52.370
Centro-Oeste	–16.380	16.042

FONTE – IBGE.

1975-80 mas teve variação positiva e bastante apreciável no qüinqüênio subseqüente. Nas Regiões Nordeste e Sudeste, a variação do número de pequenos estabelecimentos foi positiva mas reduzida no período 1975-80 e apresentou considerável aumento entre 1980 e 1985.

Dentre as regiões, a que maior salto no número de pequenos estabelecimentos apresentou no qüinqüênio 1980-85, foi o Nordeste. Entre 1975 e 1980, os estabelecimentos com menos de 10 ha aumentaram em 12.913 unidades apenas; entre 1980 e 1985, porém eles tiveram uma expansão quase 26 vezes maior, atingindo 331.626 unidades. O comportamento da Região Sul também merece destaque: se entre 1975 e 1980 os seus pequenos estabelecimentos registraram uma redução de 8.864 unidades, entre 1980 e 1985 o seu número foi ampliado em 52.730 unidades.

A avaliação das causas da mudança na variação do número de estabelecimentos entre os qüinqüênios 1975-80 e 1980-85 é feita adiante, em conjunção com a análise da evolução, nos mesmos períodos, do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários.

QUADRO 13 – BRASIL E REGIÕES – VARIAÇÃO NO PESSOAL OCUPADO, 1975-80 E 1980-85

BRASIL E REGIÃO	1975-1980 Total	1975-1980 Em Estabelecimentos com menos de 10 ha	1980-1985 Total	1980-1985 Em Estabelecimentos com menos de 10 ha
BRASIL	818.043	–421.727	2.109.759	1.353.227
Norte	368.964	– 22.823	448.592	86.812
Nordeste	594.409	–127.520	1.041.606	890.365
Sudeste	166.698	– 2.438	427.942	199.719
Sul	–440.032	–215.535	71.354	151.031
Centro-Oeste	128.004	– 53.411	120.265	25.300

FONTE – IBGE.

Evolução do pessoal ocupado

O Quadro 13 revela, também, uma considerável alteração, no período mais recente, na evolução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. Se no qüinqüênio 1975-80 o número de pessoas ocupadas na agropecuária cresceu apenas 4,0%, no qüinqüênio subseqüente a expansão foi de 10,0%. Em termos absolutos, o incremento do pessoal ocupado, que no período 1975-80 foi de pouco mais de 818 mil pessoas, atingiu mais de 2,1 milhões de pessoas entre 1980 e 1985.

No nível de grande região, a evolução do pessoal ocupado nos dois qüinqüênios é apresentada no Quadro 13.

Observe-se que, à exceção do Centro-Oeste, o incremento do pessoal ocupado das regiões no período 1980-85 foi maior do que o registrado no qüinqüênio anterior. Para o Centro-Oeste, o incremento de pessoal ocupado foi semelhante nos dois períodos: 128 mil pessoas entre 1975 e 1980 e 120,3 mil pessoas no período 1980-85. Já na Região Norte, o incremento no pessoal ocupado passou de 369 mil pessoas entre 1975 e 1980 para 448,6 mil pessoas entre 1980 e 1985; no Nordeste, o incremento do período 1980-85 (1,042 milhão de pessoas), foi quase o dobro do que se verificou entre 1975 e 1980 (549,4 mil pessoas); e no Sudeste, o aumento foi de 166,7 mil pessoas entre 1975 e 1980 e de 427,9 mil pessoas no qüinqüênio 1980-85. Na Região Sul, por sua vez, o pessoal ocupado, que havia tido uma **redução** de 440 mil pessoas no período 1975-80, registrou um aumento de 71,4 mil pessoas no qüinqüênio mais recente.

O Quadro 13 permite observar um fato interessante: no período 1975-80, o pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha, no país como um todo, teve uma redução de 421,7 mil pessoas; como os estabelecimentos com 10 ha ou mais tiveram um incremento de cerca de 1.240 mil pessoas, o aumento líquido do pessoal ocupado foi de pouco mais de 818 mil pessoas. No período mais recente, porém, os estabelecimentos com menos de 10 ha não só registraram incremento, como foram responsáveis por 64,1% da ampliação total do pessoal ocupado do país.

Note-se que todas as regiões tiveram evolução semelhante no que concerne à variação do pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos: no período 1975-80, todas registraram reduções e, no período 1980-85, todas apresentaram incrementos consideráveis. As reduções de pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha do período 1975-80 foram menores na Região Sudeste (–2.438 pessoas) e Norte (–22.823 pessoas) e maiores na Região Sul (–215.535 pessoas) e no Nordeste (–127.520 pessoas); no período 1980-85, os incrementos foram maiores no Nordeste (mais 890.365 pessoas), no Sudeste (mais 199.719 pessoas) e na Região Sul (mais 151.031 pessoas) enquanto no Centro-Oeste foi o mais reduzido (mais 25.300 pessoas).

Merecem ser ressaltadas as evoluções do pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos das Regiões Nordeste e Sul. Na primeira dessas regiões os estabelecimentos do estrato de área de menos de 10 ha, que entre 1975 e 1980 haviam registrado uma queda de pessoal ocupado de 127,5 mil pessoas,

entre 1980 e 1985 tiveram uma ampliação de mais de 890 mil pessoas ou 85,5% do incremento total de pessoal ocupado da Região no período. A Região Sul, por seu turno, que havia registrado uma redução de pessoal ocupado de 440 mil pessoas no período 1975-80, 215,5 mil das quais em pequenos estabelecimentos, apresentou, no qüinqüênio, um aumento de 71.354 pessoas, revertendo o sentido da variação do período anterior. Observe-se que esse número resultou de um aumento de 151.031 pessoas ocupadas em estabelecimentos com menos de 10 hectares, e de uma **queda** de 79.677 pessoas nos estabelecimentos com 10 hectares ou mais. Em outros termos, nos dois últimos qüinqüênios os estabelecimentos maiores expulsaram mão-de-obra, mas, no primeiro, os pequenos estabelecimentos também apresentaram reduções de pessoal ocupado enquanto que, no segundo, voltaram a absorver mão-de-obra.

Note-se que a evolução do pessoal ocupado dos dois últimos períodos intercensitários é coerente com a do número de estabelecimentos agropecuários. Como já visto, no período 1975-80 o número de estabelecimentos aumentou apenas 3,3% e os estabelecimentos da classe de área de menos de 10 ha diminuíram 0,2% (–3.841 unidades). No qüinqüênio 1980-85, o número total de estabelecimentos teve um incremento de 674.928 unidades, dos quais 487.822 estabelecimentos (72,3%) tinham áreas inferiores a 10 ha. Evidentemente, esses novos pequenos estabelecimentos tiveram papel importante na absorção do incremento da mão-de-obra rural, ocorrida no período 1980-85.



Fatores nas mudanças recentes na variação do número de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado.

Pode parecer paradoxal a combinação, registrada no período 1980-85, de uma redução no dinamismo da agropecuaria brasileira com os acentuados incrementos do número de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. Chama a atenção, também, a recente reversão na tendência de períodos anteriores, de diminuição do crescimento, ou mesmo, em nível regional, de declínio na magnitude dessas variáveis. Esta seção tem como objetivo determinar as principais causas desses fenômenos.

Existem duas linhas de explicação diferentes para esses eventos: uma delas é a de que teria havido mudanças nos conceitos do **censo** ou na orientação dos entrevistadores entre as coletas dos dois últimos **censos agropecuários**, levando a que, no último, fossem considerados estabelecimentos agropecuários unidades que, no de 1980, não teriam sido incluídas – notadamente pequenas unidades familiares, voltadas exclusivamente ao auto-consumo; a outra é a de que condições econômicas, sociais e agrometeorológicas distintas nos qüinqüênios 1975-80 e 1980-85, ocasionaram essas mudanças de sentido.

Um exame mais detido da estrutura e organização da coleta do **Censo Agropecuário** fez com que se rejeitasse a primeira hipótese. Os censos de 1980 e de 1985 foram planejados, implantados e supervisionados basicamente pela mesma equipe, o conceito de estabelecimento agropecuário permaneceu o mesmo nos dois, e o manual de instruções não foi alterado no tocante a este item. Ademais, as equipes responsáveis pelo treinamento dos recenseadores seguiram o manual à risca e não há a possibilidade de que tenham introduzido, por conta própria, alterações que pudessem mudar a interpretação dos recenseadores sobre o significado do conceito de estabelecimento agropecuário ou sobre os critérios para a inclusão de unidades a pesquisar. Finalmente, o perfil do recenseador (a sua origem, instrução, familiaridade com a área geográfica que cobria etc.) não apresentou maiores mudanças de 1980 para 1985. Assim, não há nenhum indício que autorize a aceitar a hipótese de que o **censo** de 1985 teria considerado como estabelecimento agrícola unidades que não seriam incluídas como tal, segundo os critérios do **censo** de 1980.

A hipótese de que o crescimento reduzido do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos no período 1975-80 e a rápida expansão destes no qüinqüênio subseqüente resultaram de mudanças na situação econômica e social e nas estratégias de desenvolvimento entre os dois períodos, e de fenômenos como o auge e o fim da seca no Nordeste, é bastante plausível. São os seguintes os argumentos que podem ser aduzidos nesse sentido:

a) No período 1975-80, a economia brasileira cresceu a taxas bastante elevadas e se expandiram de forma acentuada as oportunidades de emprego nas cidades. Dentre estas, assume especial importância, para o nosso argumento, o crescimento do emprego na construção civil, uma atividade que absorve grandes contingentes de mão-de-obra não qualificada. Entre 1976 e

1980 o emprego na construção civil aumentou rapidamente, como se pode deduzir da elevada taxa média anual de 7,1% do crescimento do produto real da indústria de construção civil.

Esse crescimento e o clima geral de expansão econômica do período 1975-80, favoreceram uma intensa migração rural-urbana. Se, nas décadas de 1950 e 1960 chamavam atenção os fluxos migratórios do Nordeste para o Centro-Sul, na de 1970 tiveram maior destaque os fluxos rurais-urbanos. Esta década se caracterizou, também, pela acentuada expansão do chamado setor informal urbano, que foi alimentado predominantemente por migrantes oriundos do meio rural.

Não parece fora de propósito considerar que os fluxos rurais-urbanos do período 1975-80 tenham tido uma importante participação de indivíduos que compunham o pessoal ocupado em mini e pequenos estabelecimentos agropecuários. É óbvio que o processo de **modernização conservadora** da agricultura — então no seu auge — vinha reduzindo drasticamente os requerimentos de mão-de-obra de segmentos da agricultura comercial, "liberando" importantes contingentes de trabalhadores, parte dos quais se deslocava para as cidades. Entretanto, a atração das cidades nesse período de expansão econômica também contribuiu, tanto para a redução que se observou no pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos, como para o desaparecimento de vários destes.

No período mais recente, porém, a situação se reverteu. A economia brasileira embarcou em profunda crise, o desemprego aumentou e a indústria da construção civil chegou a encolher — entre 1981 e 1985, o produto real da indústria da construção civil declinou a uma taxa média anual de 1,4%, a despeito do crescimento de 10,2% que experimentou no último ano do período. Esse estado de coisas tornou extremamente difícil a vida dos migrantes rurais nas grandes cidades, cortando a motivação para migrar dos que ficaram no meio rural e induzindo vários a retornar. A estes não restou melhor alternativa do que a de procurar maneiras de sobreviver no campo mesmo, e tais alternativas passaram pela constituição de novos pequenos estabelecimentos — seja em zonas de fronteira, seja nas áreas mais antigas —, ou por ações que resultaram em aumentos do pessoal ocupado dentro dos estabelecimentos existentes.

Não houve, no período, aumentos significantes de emprego em estabelecimentos da agricultura comercial; a expansão da cana-de-açúcar propiciada pelo **Proálcool**, a evolução da citricultura incentivada pelo crescimento das exportações de suco de laranja, entre outros, sem dúvida ampliaram a utilização da mão-de-obra em atividades agropecuárias, principalmente na Região Sudeste, onde essas lavouras mais avançaram. O crescimento da soja e de outras lavouras comerciais importantes, porém, contribuiu mais para expelir mão-de-obra da agropecuária do que para criar novas alternativas de ocupação.



Cumpre destacar, também, que no qüinqüênio 1975-80 a mão-de-obra deslocada pela **modernização** agrícola tinha outras alternativas; no qüinqüênio 1980-85, ou ela engrossava os contingentes de **"bóias-frias"** nas áreas de expansão de cana-de-açúcar e de outras lavouras com elevados requerimentos de mão-de-obra em certas fases do ciclo produtivo, ou acabava contribuindo para a constituição de pequenos estabelecimentos, tanto em áreas de fronteira agrícola, como nas regiões de ocupação mais antiga.

Esses fenômenos recentes explicam, pelo menos em parte, a intensificação das invasões de terras e das pressões para a aceleração da **Reforma Agrária** dos últimos anos. Note-se que essa intensificação ocorreu principalmente no Sul do país. Viu-se que, na Região Sul, o pessoal ocupado em estabelecimentos maiores teve uma redução de quase 80 mil pessoas no qüinqüênio (uma conseqüência da **modernização conservadora**) e que essa redução foi mais do que compensada por aumento de cerca de 151 mil pessoas no pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha.

b) No período 1975-80, a fase das grandes obras governamentais do período do "milagre brasileiro" atingiu o seu auge. Iniciaram-se ou tiveram continuidade, então, vários empreendimentos de grande vulto, que exigiram substanciais contingentes de trabalhadores não qualificados. Dentre elas se destacaram as usinas de Itaipu e de Tucuruí, mas várias outras obras importantes foram também executadas, tanto pelo governo federal como pelo de São Paulo e por outros governos estaduais. O clima era propício à captação de recursos externos, e várias obras foram iniciadas e se desenvolveram no período.

Note-se que algumas dessas obras não se localizavam próximas a grandes repositórios de mão-de-obra. Tucuruí, por exemplo, está situada em área que, antes do início de sua construção, possuía reduzidos contingentes populacionais. Teve, portanto, que atrair mão-de-obra de longe, provavelmente do **Nordeste** e das áreas mais densamente habitadas da Região Norte. Nada exclui a possibilidade de que, pelo menos no que tange aos trabalhadores não qualificados, esta se tenha constituído de elementos que antes pertenciam à categoria de **pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos**. Fenômeno semelhante deve ter

ocorrido em Itaipu. Localizada no extremo oeste do Paraná, a cerca de 700 km de Curitiba, atraiu trabalhadores de várias partes do país (e do Paraguai), — dentre os quais, sem dúvida, muitos de pequenos estabelecimentos rurais dos estados da Região Sul, de partes do Sudeste e, mesmo, do Centro-Oeste.

Essas obras tiveram importância não só pela absorção direta de mão-de-obra na contrução. Exigiram uma enorme estrutura de apoio e originaram a formação de núcleos urbanos importantes, para oferecer serviços diversos aos trabalhadores. Esses desenvolvimentos também contribuíram para atrair mão-de-obra do meio rural.

Incidentalmente, algumas dessas grandes obras não só tiveram o efeito de absorver mão-de-obra rural, como contribuíram para a eliminação de estabelecimentos agrícolas, com a expulsão do pessoal que neles vivia e trabalhava. Por exemplo, tanto Itaipu como várias usinas hidrelétricas construídas ou em construção no Vale do Paranapanema tiveram que desapropriar e retirar os ocupantes de extensas áreas de terra, para possibilitar a formação de reservatórios; algumas dessas áreas dispunham de considerável concentração de pequenos estabelecimentos e de população rural. Recorde-se que o número de estabelecimentos da Região Sul apresentou redução entre 1975 e 1980 e que diminuiu o pessoal ocupado em estabelecimentos de todas as classes de área.

No período 1980-85, a situação se inverteu. Várias dessas grandes obras foram sendo concluídas, outras entraram em ritmo menos intenso de construção ou em fases de menor absorção de mão-de-obra; além disso — o que é mais importante — quase não se iniciaram novos empreendimentos de grande vulto. A economia estava em crise, o país fortemente endividado, e a estratégia econômica adotada era uma contenção de despesas com ênfase na limitação do investimento público.

Com a conclusão, já no período 1980-1985, das grandes obras iniciadas na década de 1970, ou com a redução no seu ritmo de construção, foi diminuindo o emprego que elas geravam, direta ou indiretamente. Como o nível geral de atividade permaneceu estagnado nos grandes centros urbanos, poucos dos trabalhadores que foram sendo dispensados encontraram alternativas de ocupação seja no setor de contrução civil, seja em outros segmentos do complexo urbano-industrial. Alguns destes se fixaram, da melhor forma possível, nas cidades, procurando sobreviver como membros do chamado setor informal, mas outros voltaram ao setor rural. Como não foram criadas, em grande número, alternativas de ocupação em atividades da agricultura comercial, é bastante provável que uma boa parte destes tenha, ou retornado aos pequenos estabelecimentos de onde saíram, ou se envolvido na constituição de novos, seja em áreas da fronteira, seja nas zonas de ocupação mais antiga. Em conseqüência, houve uma expansão, captada pelos dados dos dois últimos **Censos Agropecuários**, tanto no número de estabelecimentos com menos de 10 ha, como no pessoal neles ocupado.

Efeitos da seca do Nordeste e de seu desaparecimento

Viu-se que, na Região Nordeste, o número de estabelecimentos aumentou em 370,4 mil unidades entre 1980 e 1985, um número quase quatro vezes maior do que o aumento do período 1975-80 (cerca de 96 mil unidades); e que 89,5% (ou 331,6 mil unidades) dos estabelecimentos surgidos no último qüinqüênio tinham áreas inferiores a 10 ha, enquanto no qüinqüênio anterior o incremento de pequenos estabelecimentos foi de apenas 12,9 mil unidades. Vimos também que o pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha na Região, que entre 1975 e 1980 havia apresentado um **declínio** de 127,5 mil pessoas, registrou, no período 1980-85, uma **expansão** de 890,3 mil pessoas. Essa evolução se verificou a despeito do fato de que, no qüinqüênio 1980-85, o Nordeste se caracterizou por nítida desaceleração da atividade agropecuária, medida por indicadores como a área em lavouras, o número de tratores e os efetivos de bovinos.

Essa evolução aparentemente paradoxal das variáveis que traduzem a ocupação e dos indicadores de atividade pode ser explicada sem maiores problemas se recordarmos que, entre 1979 e 1983, o Nordeste foi atingido por uma das mais fortes secas de que se tem notícia e que, na primeira metade da década de 1980, a crise econômica reduziu acentuadamente as oportunidades de ocupação dos centros urbanos, tanto da Região como fora dela.

A seca do período 1979-83, que atingiu os dois anos finais do período 1975-80, desorganizou a produção agropecuária do Nordeste, forçando parte do pessoal ocupado a procurar maneiras de sobreviver fora da agricultura — inclusive em frentes de trabalho —, e provocando a desativação de um grande número de estabelecimentos. No fim do período, a figura notória e constrangedora do retirante nordestino, e os escândalos das frentes de trabalho freqüentaram, com certa regularidade, os noticiários de televisão.

Não é de admirar, portanto, que no período 1975-80, fosse reduzida a expansão de pequenos estabelecimentos e do pessoal ocupado do Nordeste. Na verdade, examinando-se o que aconteceu com essas variáveis na área mais fortemente atingida pela seca — o conjunto constituído pelos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e do Sergipe — observa-se que ali o fenômeno se fez sentir de forma ainda mais dramática. Nesses estados houve.

entre 1975 e 1980, **um declínio** de 2,3% (ou de 25,5 mil unidades) no número de estabelecimentos e um aumento de apenas 2,3% (ou de 95,9 mil pessoas) no pessoal ocupado na agropecuária.

No período 1980-85, porém, a situção mudou no Nordeste. Em 1984 e 1985 choveu regularmente, facilitando a constituição de novos estabelecimentos agrícolas e o cultivo de lavouras de subsistência. A falta de oportunidades de trabalho fora da agricultura, por sua vez, fez com que, para muitos, a única alternativa fosse a volta à lavoura e a constituição de pequenos estabelecimentos ou o envolvimento em atividades dentro deles. Com isto, houve acentuada expansão no número de pequenos estabelecimentos e do pessoal neles ocupado. A dimensão do fenômeno é dada pelo fato de que 76,5% (ou mais de 681 mil pessoas) do incremento do pessoal ocupado na agropecuária do período mais recente se concentraram em estabelecimentos com menos de 5 ha, ou seja, em unidades que em 1985 ocupavam apenas 3,1% da área total em estabelecimentos, e que 84% (ou 311,4 mil unidades) do incremento de estabelecimentos do período tinham áreas inferiores a 5 ha. É revelador, também, o fato de que, entre os **Censos** de 1980 e de 1985, 68,2% do aumento total do número de





estabelecimentos corresponderam a produtores caracterizados como parceiros ou ocupantes — as categorias mais identificadas com a ocupação de terras da pequena produção de subsistência da Região.

Foi, portanto, de minifúndios a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas surgidos no Nordeste no período 1980-85; ademais, foram os minifúndios que absorveram grande parte do incremento do pessoal ocupado em atividades agropecuárias. A despeito do fim da seca, a agricultura comercial do Nordeste cresceu pouco no período e absorveu parcela reduzida do incremento de pessoal ocupado. Como não existiam outras alternativas, este teve que se localizar em pequenas unidades agrícolas, desenvolvendo basicamente produção de subsistência.

Não há dúvida, portanto, que as condições que afetaram a evolução dos pequenos estabelecimentos e do pesoal ocupado — principalmente em pequenas unidades agropecuárias — diferiram substancialmente entre os períodos 1975-80 e 1980-85. No primeiro período, elas propiciaram a migração rural-urbana à procura de trabalho ou de formas de sobrevivência fora da agricultura; no segundo, a estagnação do setor urbano industrial, a conclusão de grandes obras, a redução do investimento público em obras, e o fim da seca no Nordeste fizeram com que voltasse a crescer o número de pequenos estabelecimentos e com que aumentasse sensivelmente o pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

Evolução Recente da Distribuição da Terra

Esta seção apresenta breve exame da evolução da estrutura de distribuição dos estabelecimentos agrícolas do país, segundo os dados dos **Censos Agropecuários**, de 1975, de 1980 e de 1985.

Antes de iniciar, convém ressaltar que se está avaliando a distribuição de estabelecimentos agropecuários e não da posse da terra. Um estabelecimento não necessariamente corresponde a uma propriedade. Há casos de propriedades que englobam vários estabelecimentos bem como estabelecimentos compostos de mais de uma propriedade. A propriedade é unidade de posse enquanto o estabelecimento é unidade de administração. Por falta de melhores informações, entretanto, costuma-se examinar a estrutura de distribuição dos estabelecimentos por estratos de tamanho, na certeza de que ela se constitui em indicador razoável do estado da estrutura fundiária do país.

O Quadro 14, relaciona os índices de concentração de **Gini**[1] da distribuição de estabelecimentos agropecuários, calculados com base nos dados dos **Censos Agropecuários** de 1975, de 1980 e de 1985, para o Brasil, para as grandes regiões e para as unidades

[1] Se a distribuição de um dado atributo for perfeitamente igualitária, o **índice de Gini** assume valor zero; se for totalmente desigual, assume a unidade (1). Assim, quanto mais próximo de **um** for a magnitude do **índice**, maior a desigualdade da distribuição do atributo.

da Federação. Como se pode ver ali, o valor do **índice** para o **Brasil** é bastante elevado e muda pouco entre os três anos censitários. Revela uma distribuição bastante desigual de estabelecimentos e sua evolução indica que essa distribuição quase não se alterou no período 1975-85.

A extensão da desigualdade da distribuição dos estabelecimentos agropecuários do país pode ser melhor sentida se se consideram os dados do Quadro 15. Ali se vê que, em 1975, 52,2% do número total de estabelecimentos tinham áreas inferiores a 10 ha, mas que sua participação na área total em estabelecimentos era de apenas 2,8%; observa-se também que, em 1985 a situação quase não se havia alterado; 53,0% dos estabelecimentos tinham menos de 10 ha e ocupavam apenas 2,7% da área total. No outro extremo, em 1975, 0,8% dos estabelecimentos — aqueles com áreas superiores a 1000 ha — detinham 42,3%, ou seja, quase a metade, da área total em estabelecimentos; em 1985 essas proporções não haviam mudado muito, atingindo 0,9% e 43,8%, respectivamente.

O acesso à terra é bastante concentrado no **Brasil**; além disso, não há indícios de que venham ocorrendo maiores mudanças nesse estado de coisas, recentemente.

Examinando os **índices de Gini** referentes às grandes regiões (Quadro 14), observa-se que, em 1985, as Regiões Nordeste (0,865) e Centro-Oeste (0,836) foram as que maior concentração na distribuição de estabelecimentos apresentaram. As de menor concentração foram as Regiões Sul (0,744) e Sudeste (0,766).

A única região que, no período 1975-80, registrou uma mudança sensível no **índice de Gini** foi o Norte. Nesta o **índice** declinou, de 0,865 em 1975 para 0,795 em 1985. Esse declínio foi conseqüência de eventos ocorridos nos seus dois estados de maior expressão agrícola: o Pará e Rondônia. No Pará, o **índice de Gini** caiu do nível de 0,863 em 1975 para o de 0,815 em 1985; mesmo neste último ano, a distribuição de estabelecimentos do estado se mostrou bastante concentrada, mas a grande afluência, no período em exame, de migrantes à procura de terras para ocupar foi responsável pela criação de um elevado número de pequenos estabelecimentos e, portanto, pelo declínio do **índice**. Em

QUADRO 14 - BRASIL, REGIÕES E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS – CENSOS DE 1975, 1980 E 1985

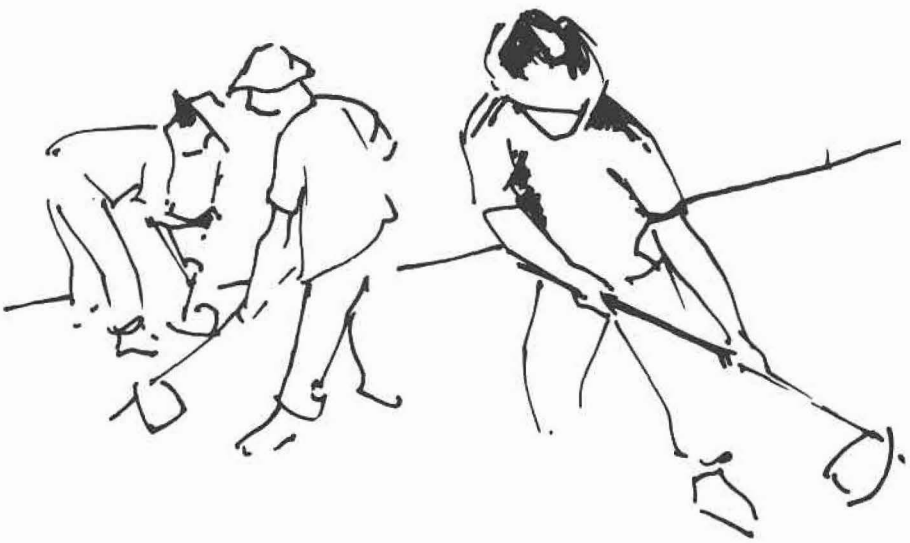
BRASIL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1975	1980	1985
BRASIL	0,850	0,853	0,854
Região Norte	0,865	0,830	0,795
Rondônia	0,619	0,645	0,647
Acre	0,619	0,679	0,656
Amazonas	0,919	0,868	0,817
Roraima	0,884	0,784	0,748
Pará	0,863	0,837	0,814
Amapá	0,851	0,847	0,863
Região Nordeste	0,858	0,858	0,865
Maranhão	0,924	0,923	0,920
Piauí	0,895	0,895	0,892
Ceará	0,777	0,772	0,811
Rio Grande do Norte	0,858	0,846	0,850
Paraíba	0,841	0,823	0,840
Pernambuco	0,824	0,819	0,825
Alagoas	0,841	0,842	0,856
Sergipe	0,849	0,843	0,854
Bahia	0,806	0,821	0,836
Região Sudeste	0,754	0,763	0,766
Minas Gerais	0,748	0,759	0,765
Espírito Santo	0,612	0,642	0,656
Rio de Janeiro	0,784	0,798	0,812
São Paulo	0,767	0,767	0,766
Região Sul	0,725	0,735	0,744
Paraná	0,719	0,733	0,754
Santa Catarina	0,644	0,666	0,671
Rio Grande do Sul	0,746	0,753	0,755
Região Centro-Oeste	0,851	0,840	0,836
Mato Grosso do Sul	0,906	0,867	0,857
Mato Grosso	0,941	0,919	0,907
Goiás	0,740	0,746	0,749
Distrito Federal	0,775	0,746	0,765

FONTE – IBGE.

QUADRO 15 – BRASIL – PERCENTUAL DO NÚMERO E DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NOS CENSOS DE 1975, 1980 E 1985, SEGUNDO CLASSES DA ÁREA TOTAL

CLASSE DE ÁREA TOTAL	% DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			% DA ÁREA TOTAL		
	1975	1980	1985	1975	1980	1985
Menos de 10 ha	52,16	50,44	53,01	2,77	2,47	2,67
De 10 a menos de 100 ha	38,06	39,15	37,22	18,58	17,67	18,51
De 100 a menos de 1000 ha	8,95	9,48	8,91	35,79	34,76	35,05
1000 ha a mais	0,83	0,93	0,86	42,86	45,10	43,77

FONTE – IBGE.



Rondônia, o processo recente de ocupação de terras do estado deu origem a um **índice de Gini** relativamente reduzido (0,647 em 1985).

O Nordeste se destaca pela sua elevada concentração fundiária. A Região não só inclui a unidade da Federação que, em 1985, alcançou o maior **índice de concentração** do país (o Maranhão, com 0,920), como todos os seus estados apresentam **índices** bastante altos. Se tivermos em mente o fato de que a instituição da parceria e do arrendamento é bastante significativa na Região e, portanto, que nela o número de estabelecimentos deve exceder consideravelmente o de propriedades rurais, conclui-se que as magnitudes dos **índices de Gini**, embora elevadas, provavelmente subestimam a verdadeira extensão da concentração da posse da terra.

A Região Centro-Oeste – uma série de **índices de Gini** elevados – registrou um pequeno declínio no indicador de concentração da distribuição de estabelecimentos no período em exame (de 0,851 em 1975 para 0,836 em 1985). Um exame dos dados no nível de estado permite verificar que essa redução se deve às alterações ocorridas em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso: como se pode ver no Quadro 14, o **índice de Gini** de Mato Grosso do Sul passou do elevadíssimo nível de 0,906 em 1975 para o de 0,857 em 1985; o de Mato Grosso variou de 0,941 em 1975 para 0,907 em 1975. Chama a atenção, também, a concentração relativamente reduzida de Goiás – a magnitude do **índice** de 1985 foi 0,749, ainda elevada, mas bastante inferior à média nacional.

Nas Regiões Sudeste e Sul, com menores **índices de concentração** na distribuição de estabelecimentos, chama a atenção o fato de que, à exceção de São Paulo, todos os seus estados apresentaram aumentos nos seu **índices**. Observa-se que, em cada um dos três anos, todos têm **índices** bastante inferiores à média nacional mas que, deixando de lado São Paulo, todos tiveram aumentos.

Na Região Sudeste, a unidade com maior concentração da distribuição de estabelecimentos é o estado do Rio de Janeiro (o **índice de Gini** atingiu 0,812 em 1985); a concentração mais reduzida é o Espírito Santo (com um **índice** de 0,656 em 1985 – o menor do país naquele ano). Na Região Sul os dois estados de maior concentração – o Paraná e o Rio Grande do Sul – quase empataram em 1985, com **índices de Gini** de 0,754 e de 0,755, respectivamente. Santa Catarina, com um **índice de Gini** de 0,671 em 1985, registrou a quarta menor concentração na distribuição de estabelecimentos do país (depois de Rondônia, do Acre e do Espírito Santo).



CHARLES CURT MUELLER, professor da **Universidade de Brasília** *e assessor da presidência do* **IBGE.**

MERCADO DE AVES DO ORIENTE MÉDIO

Há perspectivas de vendas declinantes de carne de aves e de ovos para o **Oriente Médio,** *em razão da busca da auto-suficiência da região.*

No Oriente Médio*, principal mercado importador de carne de aves, a produção interna está substituindo rapidamente a oferta estrangeira de frangos e ovos.

Em 1985, os países daquela região despenderam US$ 400 milhões com a importação de carne de aves e US$ 90 milhões, com a de ovos. Aquelas foram 7% menores e, estas, 21% menores do que em 1984.

A queda dos preços do petróleo está afetando a demanda por todos os alimentos importados, incluindo a carne de aves e os ovos. Salários reduzidos, aliados à saída de trabalhadores estrangeiros dos campos petrolíferos e dos serviços burocráticos, deverão manter a redução na demanda por importações.

Conseqüentemente, as compras de carne de frangos dos maiores exportadores — **Brasil, França, EUA** e **Hungria** — estão estagnando ou declinando e a competição dos preços é acirrada.

No entanto, mudanças nos hábitos de consumo e os pequenos subsídios à produção local poderão arrefecer esta tendência de redução das importações de carne de aves e de ovos. Salários decrescentes estão forçando muitos consumidores a trocar as carnes vermelhas por produtos avícolas de menor preço. Adicionalmente, os cortes nos subsídios à produção avícola em muitos países do Oriente Médio podem tornar mais lento o movimento em direção à auto-suficiência na produção de aves.

Embora a perspectiva das vendas de carne de aves e de ovos à região pareça ser declinante, aqueles países continuarão a ser importantes mercados para **commodities,** tais como cereais, oleaginosas, sebo e concentrados proteínicos.

A seguir, um panorama prospectivo de exportação de carne de aves para alguns dos maiores mercados do Oriente Médio.

Egito

As principais fontes de divisas do **Egito** — exportação de petróleo, remessas dos trabalhadores no exterior, turismo e as tarifas do Canal de Suez — estão diminuindo. Em virtude da queda da receita e da menor arrecadação do governo, o país tem deixado as importações mais a cargo do setor privado. No entanto, será difícil o ajuste das importações subsidiadas do setor público com os preços de livre mercado. Embora empenhado em sair do mercado, o governo terá que eliminar os subsídios sem causar crises sérias no abastecimento de alimentos.

A produção de frangos e ovos — alimentos típicos da dieta dos egípcios de baixa renda — depende do milho importado porque a produção local é pequena e cara. No entanto, os planos governamentais para eliminar os subsídios às rações fazem crer que o preço do milho importado irá elevar-se.

No início de **1986,** os preços das aves subiram muito, refletindo a expectativa de menores subsídios às rações, o crescimento da demanda, a inflação e a instabilidade econômica.

Até que o governo deixe o mercado de rações, nenhuma outra facilidade está sendo cogitada e a produção e o consumo de carne de aves e ovos provavelmente se manterão estagnados.

A previsão quanto ao comércio é incerta e, possivelmente, ocorrerão abalos neste mercado, à medida em que o **Egito** adotar o sistema de livre mercado.

As exportações norte-americanas têm sido impulsionadas pelo **Programa de Melhoria das Exportações — EEP,** dentro do qual **23** mil t de carne de aves dos **EUA** foram vendidas ao **Egito,** no início de **1986,** com a ajuda dos bônus da **CCC** aos exportadores norte-americanos. Em **1985,** os **EUA** venderam **2.220** t de carne de aves, comparadas com **911** t, em **1984.**

Iraque

Os problemas do conflito **Irã-Iraque** e a queda dos preços do petróleo tornaram o **Iraque** muito sensível aos preços. O governo precisa continuar a manter os consumidores bem alimentados, mas não consegue mais pagar o ágio, devido à qualidade.

* Aqui, Oriente Médio se refere aos seguintes países: **Barein, Iraque, Kuweit, Arábia Saudita, Turquia e os Emirados Árabes Unidos.**

A queda nos preços do petróleo, produto básico da economia iraquiana, forçou o governo a racionar as divisas estrangeiras.

As carnes de aves e bovina e o gado leiteiro têm agora prioridade na pauta de importações. Mas todas as importações têm que ser aprovadas por um comitê governamental, para assegurar que representem a melhor combinação de preço e crédito de todas as ofertas disponíveis.

A produção de carne de aves no **Iraque** tem continuado a aumentar, a despeito de problemas periódicos no abastecimento de rações, suplementos veterinários, ovos férteis, pintos e atraso nos programas dos abatedouros.

Quando cessarem as hostilidades, o **Iraque** deverá estar em posição favorável para expandir a produção de aves e para aumentar as importações de cereais e concentrados proteínicos.

Embora as perspectivas de produção sejam de difícil previsão, a maioria dos empresários ligados ao comércio internacional acha que deverá continuar a crescer de 5% a 10% anualmente.

Turquia

A economia turca está-se beneficiando dos preços em queda do petróleo e da abertura da sua economia ao investimento estrangeiro. Os investidores europeus e japoneses vêem na **Turquia** um excelente potencial agrícola, além de se situar em local estratégico para o comércio internacional.

Os criadores de postura turcos estão expandindo sua produção de ovos e suas exportações para mercados vizinhos, capitalizando sobre a posição estratégica e sobre os baixos preços do milho. A **Turquia** também tem vendido ovos ao **Iraque, Irã** e **Síria,** mas agora se prepara para aumentar a quantidade e a qualidade dos embarques de ovos para esses e outros mercados mais distantes.

Os produtores de ovos formaram associações de desenvolvimento de mercado politicamente poderosas, para cuidarem da classificação e das vendas ao exterior. Essas organizações trabalham de modo a garantir o controle de qualidade e a incrementar o consumo interno, assim como as exportações.

Arábia Saudita

O mercado saudita de frangos está-se tornando auto-suficiente, de forma rápida e o mercado de ovos tem superprodução.

O avanço da oferta de frangos e ovos é o resultado de enormes subsídios à produção. No entanto, esses subsídios (50% dos custos de arraçoamento, empréstimos sem juros que às vezes são transformados em **fundo perdido**, água a baixo custo, etc.) deverão ser parcialmente eliminados em 1986/87 para reduzir os gastos do orçamento governamental. O governo deverá continuar a proteger o mercado interno, aumentando as tarifas de importação ou suspendendo as licenças de importação.

Perto de 80% de todas as importações sauditas de aves inteiras vêm da França e, o restante, do **Brasil.** Todas as partes de aves vêm dos **EUA.** As importações de carne de frango são todas de aves congeladas, de menor preço, direcionadas à população estrangeira.

A auto-suficiência no mercado de frangos está prevista para daqui a três ou cinco anos. As importações de frangos congelados deverão cair das 50 mil t, em 1984, para zero, por volta de 1990. Os sauditas já estão exportando pequenas quantidades de frangos frescos e deverão aumentar as exportações, substancialmente, no futuro próximo.

A produção de ovos também deverá continuar a crescer, embora a uma taxa mais suave do que a inicial. Os sauditas deverão aumentar suas exportações de ovos, através do Golfo Pérsico.

Barein, Kuweit e Emirados Árabes Unidos

O **Barein**, o **Kuweit** e os **Emirados Árabes Unidos,** localizados no Golfo Pérsico, estão começando a sentir o impacto econômico dos preços baixos do petróleo em suas balanças comerciais.

Os mercados do Golfo ainda são exigentes quanto à qualidade, mas não na intensidade de poucos anos atrás.

Esses países caracterizam-se como mercados de pequenas quantidades, por causa de sua diminuta população e do rápido êxodo dos estrangeiros.

Os **Emirados Árabes Unidos** é uma exceção. Os **EAU** importam e exportam grande quantidade de bens, já que, geralmente, servem de porto de desembarque e de centro de distribuição para os países vizinhos do Golfo, tais como **Omã, Catar, Barein, Arábia Saudita** e **Kuweit.** Adicionalmente, muitas das importações do **Irã** são baldeadas em águas dos **EAU.**

Todos os países do Golfo estão expandindo a produção de aves, devido ao pronto escoamento do mercado e à facilidade de produção. Essas nações deverão ser auto-suficientes na produção de carne de aves em dois a quatro anos.

LEONIDAS BILL EMERSON – Artigo publicado em **Foreign Agriculture,** *do* **USDA,** *em agosto de 1986. Tradução de* **Irene Raguenet Troccoli,** *economista do* **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV.**

novos índices rurais



Os quadros abaixo são republicados em virtude de incorreções no **Agroanalysis** de maio.

QUADRO 07 – IPP – AUMENTOS PERCENTUAIS ACUMULADOS EM RELAÇÃO A JUNHO DE 1986, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ITENS

ESPECIFICAÇÃO	Jul/86	Ago/86	Set/86	Out/86	Nov/86	Dez/86	Jan/87	Fev/87	Mar/87	Abr/87
Sementes	4,9	10,1	20,0	24,8	28,2	28,3	33,0	37,2	39,6	46,1
Fertilizantes	2,1	2,5	3,6	5,1	6,0	7,8	9,3	16,4	33,5	96,6
Agrotóxicos	0,6	2,4	4,6	6,4	7,5	9,2	10,3	13,5	31,5	69,0
Serviços	–0,1	0,0	2,2	3,0	5,0	6,4	14,4	32,3	63,9	97,1
Combustível (diesel)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,1	75,9
Mão-de-obra	7,1	14,7	22,9	31,6	42,6	59,7	71,9	88,7	97,5	119,3
Total	3,0	5,9	10,0	13,4	16,9	21,5	26,1	34,3	49,9	87,9

FONTE – Cea/CFP.

QUADRO 08 – IPR – AUMENTOS PERCENTUAIS ACUMULADOS EM RELAÇÃO A JUNHO DE 1986, SEGUNDO OS PRINCIPAIS AGREGADOS

ESPECIFICAÇÃO	Jul/86	Ago/86	Set/86	Out/86	Nov/86	Dez/86	Jan/87	Fev/87	Mar/87	Abr/87
Lavouras	0,89	3,30	5,35	6,51	8,41	15,02	16,12	21,31	28,08	40,34
Produtos-PGPM[1]	1,60	5,46	8,61	10,16	12,63	22,81	23,44	31,78	40,11	55,56
Demais lavouras	–0,22	–0,05	0,34	0,93	2,00	3,49	5,20	6,11	10,80	18,86
Pecuária	8,55	14,25	20,97	23,01	30,14	50,83	80,19	78,97	82,52	110,55
Agropecuária	3,55	7,05	10,62	12,06	15,61	26,59	35,91	39,57	45,62	62,47

FONTE – Cea/CFP.

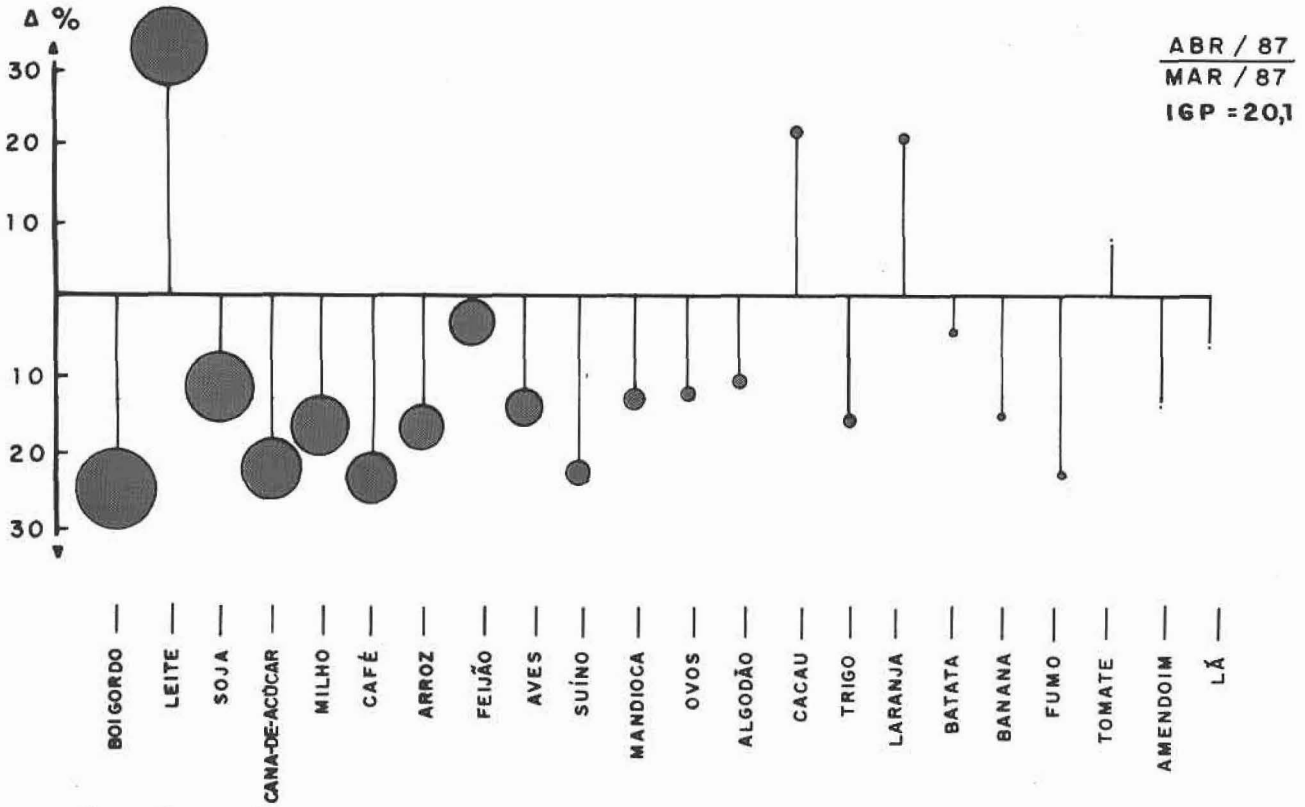
[1] **Inclui as lavouras atendidas pela política de garantia de preços mínimos: algodão, amendoim, arroz, feijão, juta, malva, mamona, mandioca, milho, soja e uva.**

QUADRO 09 – IPCA, IGP, IPA – VARIAÇÕES PERCENTUAIS ACUMULADAS EM RELAÇÃO A JUNHO DE 1986

ESPECIFICAÇÃO	Jul/86	Ago/86	Set/86	Out/86	Nov/86	Dez/86	Jan/87	Fev/87	Mar/87	Abr/87
IPCA	1,2	2,9	4,6	6,6	12,5	25,6	42,2	60,1	86,3	121,9
IGP-DI	0,6	2,0	3,1	4,5	7,1	15,2	29,0	47,2	69,3	103,3
IPA	0,6	1,9	2,6	3,8	6,0	14,1	26,1	39,2	58,7	91,9

FONTE – IBGE e FGV/Cep.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980. Estes valores aparecem retificados, a partir do nº 4, volume 11.

Este mês, do mesmo modo como nos dois meses anteriores, deixa-se de publicar o gráfico que expressa a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, que está sendo reformulado.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de maio).
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de maio*
3 – Preço médio na última quinzena de maio*
4 – Preço médio na última semana de maio*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

*futuro – primeira entrega

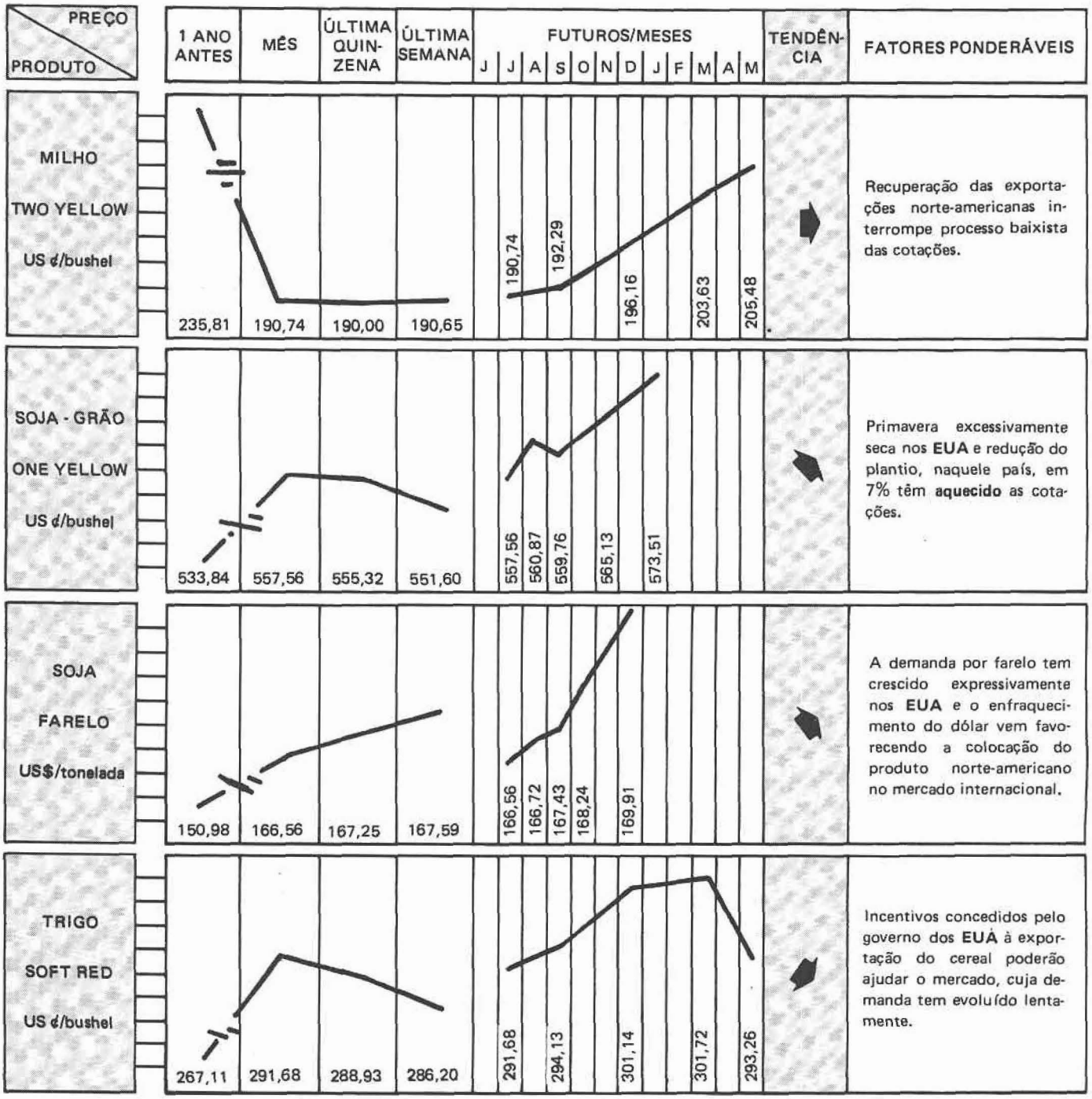
PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	7,57	6,71	6,96	6,52		6,69		7,13	7,33			7,51		7,72		7,87		As vendas da **CEE** nas últimas semanas relembraram o mercado dos excedentes mundiais. **E.D.& F Man** considera que sua estimativa de déficit não é suficiente para sensibilizar o mercado.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	67,16	69,78	72,21	73,26		69,78			69,35		68,80			69,44		69,86		Previsão de consumo e exportações norte-americanas maiores. É possível que haja importações chinesas.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.767	1.968,53	1.938,00	1.887,4		1.968,52		1.997,89			2.032,84			2.064,37		2.090,11		Cotações deverão permanecer em baixos níveis pois o Estoque não consegue sensibilizar o mercado. Relação dólar/libra continua sendo fator relevante.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	214,63	121,52	122,41	120,69		121,52		121,70			122,78			123,80		124,54		Importadores retraídos aguardando maior oferta.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 — Preço médio de maio de 1986, corrigido pelo IGP, para maio de 1987
2 — Preço médio no mês de maio
3 — Preço médio na última quinzena de maio
4 — Preço médio na última semana de maio
5 — Tendência do mercado
6 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	500,19	598,25	625,45	670,00		Perspectiva de elevação nas exportações de têxteis, menor volume de produção e possível escassez de fibras de melhor qualidade têm condicionado a firmeza nas cotações.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	588,14	393,75	450,00	450,00		As compras do governo federal são elevadas e tendem a aumentar. Menciona-se, no mercado, o **esvaziamento** dos estoques do produto importado e temem-se vendas dos estoques oficiais.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	6.737,94	3.980,7	4.202,55	4.163,33		Início da colheita da grande safra brasileira.
BOI GORDO Cz$ /arroba	492,10	636,84	645,45	650,00		Com a entrada do inverno, há maior oferta de animais para abate. Demanda permanece retraída.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo: Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatô com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$ /sc. 60 kg	741,19	1.300,00	1.388,64	1.425,00		Embora estejam entrando no mercado maiores quantidades do feijão da seca, a produção nordestina será menor. O feijão de inverno vem sendo afetado pelas chuvas, no Sul.
FRANGO Vivo Cz$ /kg	19,58	20,99	20,80	18,75		Aumento do preço do boi gordo estimula avanço do preço do frango.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	174,04	135,74	142,81	147,50		Reajuste do preço mínimo e interrupção da colheita, devido à safra de soja, **aquecem** o mercado.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	284,08	299,25	325,91	327,50		**Aquecimento** dos preços no exterior e acentuado movimento nas vendas externas têm fortalecido o preço do grão.

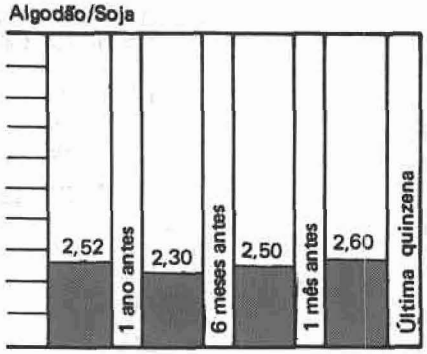
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo: Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

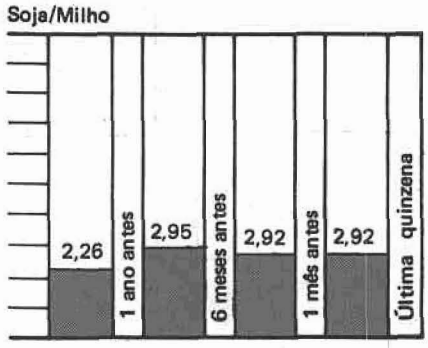
Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

Algodão/Soja



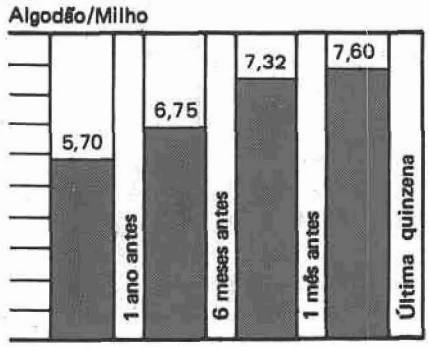
O recente aumento deste preço relativo frente ao de um mês antes deveu-se à elevação registrada na cotação da fibra no período. Esse mercado vem-se beneficiando do aumento da demanda mundial observado nos últimos meses, o que justifica a diferença do preço relativo da quinzena em relação ao de há seis meses.

Soja/Milho



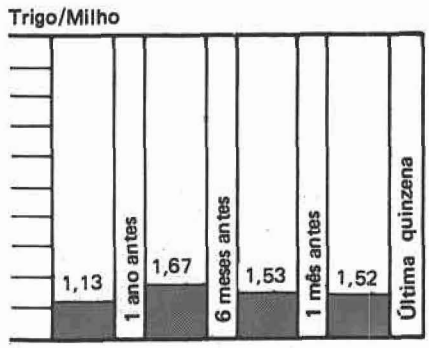
A melhoria das condições climáticas no **Cinturão do Milho** interrompeu o processo de alta que se vinha verificando nas cotações da soja. Por esse motivo, na última quinzena, as cotações de ambos os produtos apresentaram-se semelhantes às da média do mês, fazendo permanecer inalterado o preço relativo **soja/milho.**

Algodão/Milho



A contraposição do movimento fortemente altista das cotações do algodão ao fraco movimento registrado no mercado do milho reflete-se na evolução do preço relativo **algodão/milho** desde há um ano. O preço do milho, na quinzena, foi **19%** menor do que o de um ano antes, conseqüência da elevada oferta mundial no atual ano-safra.

Trigo/Milho



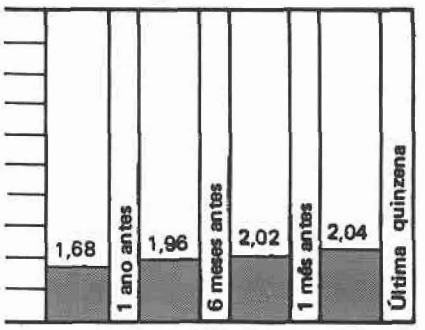
Superior ao de um ano antes, mas muito próximo do de um mês antes, o mais novo preço relativo **trigo/milho** reflete a desvalorização acentuada do preço do milho nos últimos doze meses, já que, no período, a cotação do trigo evoluiu **7%**. A despeito de a oferta mundial de trigo estar estimada em 666,3 milhões de t, **29%** maior do que o previsto para a demanda, o mercado espelha a **sustentação** dos preços, conseguida mediante incentivos do governo dos **EUA** às exportações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – **Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.**

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

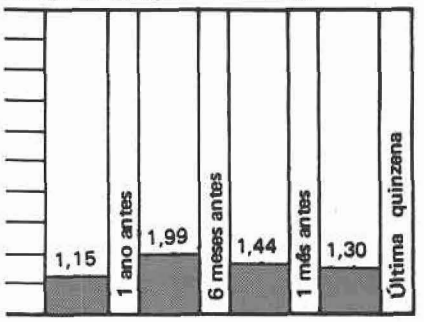
Em relação a um mês antes, manteve-se estável o preço da carne bovina na quinzena, enquanto se retraía em 4% a cotação do frango vivo. Atualmente, o segmento produtor de aves conta com oferta elevada, conseqüente do maior alojamento de aves devido à crise de abastecimento de carne bovina, no segundo semestre do anô passado.

Boi Gordo/Frango Vivo



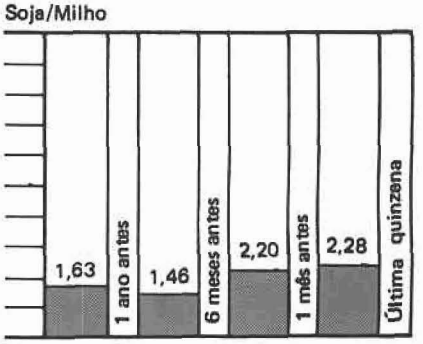
Na quinzena, caiu o índice de lucratividade dos criadores de aves, visto ter-se depreciado o preço recebido pela ave viva, enquanto o preço da ração tendeu a se elevar por conta dos aumentos registrados nas cotações, tanto da soja quanto do milho. Há seis meses o preço relativo **frango/ração** apresentava a distorção oriunda do descumprimento, na prática, da tabela de preços da ração.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



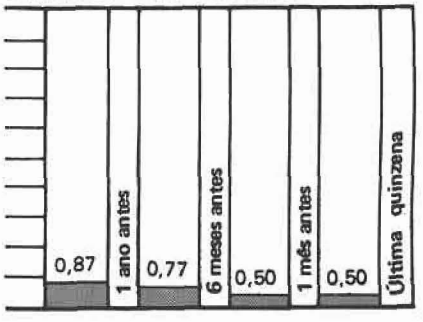
O recente avanço registrado junto às cotações da soja reflete o movimento semelhante observado no mercado externo da oleaginosa. Enquanto seu preço, na quinzena, localizava-se 9% acima do nível médio do mês, a cotação do milho avançou 5%, em conseqüência da interrupção da sua colheita em benefício da soja e da retenção do produto, por parte dos agricultores, à espera da atualização do preço mínimo. Justifica-se, assim a elevação do preço relativo **soja/milho**, na quinzena, frente ao do mês.

Soja/Milho



Inalterado em comparação com o indicador de um mês antes, o preço relativo **feijão preto/feijão carioquinha** da última quinzena reflete as valorizações ocorridas em ambos os produtos por conta das perdas causadas pelas chuvas que castigaram diversas regiões produtoras da região Sul. Em um ano, desvalorizou-se mais proporcionalmente a variedade feijão-preto, notadamente em razão da existência de estoques de dois anos, acrescidos de importações, feitas no ano passado.

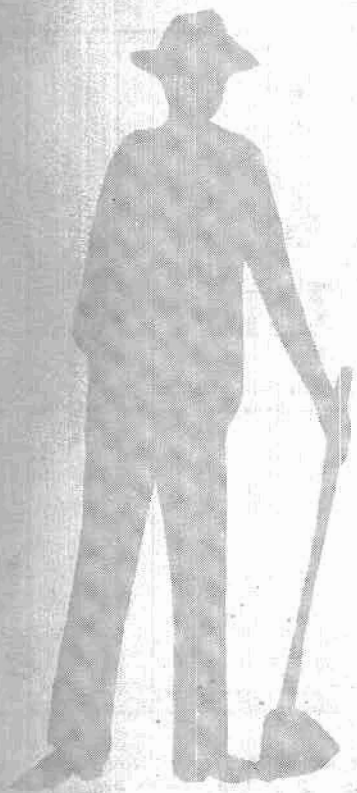
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento**. Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 19 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1987, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MAIO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	40.376	892.429[2]
Algodão	2.139.707	1.710.748
Algodão arbóreo (em caroço)	755.001	117.070
Algodão herbáceo (em caroço)	1.384.706	1.593.678
Alho	10.493	43.571
Amendoim (em casca)	144..185	203.750
Amendoim (1ª safra)	109.579	156.902
Amendoim (2ª safra)	34.606	46.848
Arroz (em casca)	6.149.914	11.092.083
Aveia (em grão)	102.138	106.924
Banana	358.341	413.338[3]
Batata-inglesa	161.299	2.050.954
Batata-inglesa (1ª safra)	98.651	1.323.954
Batata-inglesa (2ª safra)	62.648	727.100
Cacau (em amêndoa)	59.504	32.840
Café (em coco)	...	...
Cana-de-açúcar	3.992.701	255.294.884
Cebola	74.601	850.561
Centeio (em grão)	4.367	4.367
Cevada (em grão)	78.259	131.614
Coco-da-baía	138.890	459.975[2]
Feijão (em grão)	5.524.427	2.417.206
Feijão (1ª safra)	3.127.767	1.256.988
Feijão (2ª safra)	2.396.660	1.160.818
Fumo (em folha)	269.549	402.907
Guaraná (semente)	11.132	1.521
Juta (fibra)	29.322	21.767
Laranja	723.795	68.581.721[2]
Maçã	21.377	1.660.585[2]
Malva (fibra)	48.123	47.163
Mamona	312.546	149.546
Mandioca	1.643.859	20.400.099
Milho (em grão)	14.127.718	27.621.981
Pimenta-do-reino	19.631	43.369
Rami	7.200	14.400
Sisal (fibra)	122.620	86.087
Soja (em grão)	9.144.593	16.707.039
Sorgo (em grão)	143.634	505.877
Tomate	48.888	1.820.485
Trigo	3.138.137	4.534.376
Uva	58.431	553.363

FONTE – IBGE.
[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações;**
[2] **mil frutos;**
[3] **mil cachos.**

NOTA – Os dados acima, excepcionalmente, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dorneles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Correa Jr., Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian Magalhães Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL